

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII — N.º 159
10 de Fevereiro de 1977

Preço: 6\$00

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português * Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 76 97 25 - Telex - 13411 - Composição e Impressão - Héska Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS.

ANO 47 - N.º 159 - 10 de Fevereiro de 1977
Órgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.) PORTUGAL

No próximo dia 15, o nosso glorioso «Avante!» completa 46 anos de publicação. Quarenta e seis anos nascidos na clandestinidade, milhares de páginas espelhando e erguendo a luta da classe operária, a luta dos trabalhadores, a luta dos democratas, voz verdadeira, vibrante, firme e confiante da vanguarda organizada da classe operária, do seu grande Partido, órgão do Partido Comunista Português.

Chama acesa da luta de todos os dias, o próximo número do nosso «Avante!» será um **número especial**. Algumas páginas mais, impressas a cor, um número onde comemoraremos mais um ano de trabalho e de luta.

O nosso «Avante!» de aniversário tem de ir ainda mais longe junto dos trabalhadores, mais longe junto do Povo português! Apelamos para uma grandiosa venda militante do próximo número do «Avante!», apelamos para a constituição de brigadas que nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas, nas ruas levem junto de todos os portugueses a palavra do Partido da esperança e do futuro! Apelamos para que a venda do próximo número do «Avante!» seja uma grandiosa jornada de propaganda e de esclarecimento, grandiosa jornada de confiança e determinação!

O próximo número comemorativo do «Avante!» estará integrado numa grande batalha do nosso Partido: a Campanha Nacional para os 50 mil contos. Cada número do «Avante!» da próxima semana custará 7\$50; os 1\$50 de aumento reverterão integralmente para a Campanha.

Apelamos igualmente para que o aniversário do nosso «Avante!» seja comemorado com iniciativas de massas, colóquios, debates, sessões de esclarecimento onde se alargue pelas mãos e palavras dos camaradas a tarefa do nosso jornal: divulgar a orientação do Partido, reforçar e alargar a organização, alargar e consolidar a unidade dos trabalhadores e dos democratas, combater a ofensiva reaccionária, defender as conquistas da Revolução. Iniciativas de massas que se integrem também na grande tarefa da Campanha Nacional dos 50 mil contos!

Viva o «Avante!»

Viva o Partido Comunista Português!

O Colectivo dos Trabalhadores do «Avante!»

As organizações:

1.º Os pedidos de aumento de remessas para o próximo número do «Avante!» comemorativo do 46.º aniversário deverão ser comunicados à CDL o mais tardar até ao próximo domingo, dia 13 de Fevereiro;

2.º As receitas relativas ao aumento do próximo número (1\$50 por exemplar) devem ser remetidas integralmente à CDL que procederá à sua entrega à Comissão Coordenadora Central da Campanha Nacional dos 50 mil contos;

CRESCE A CAMPANHA DOS 50 MIL CONTOS



Páginas centrais

A intervenção do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, despertou grande entusiasmo e confiança no Partido, durante a sessão do último domingo na Amadora

CONGRESSO DA FRELIMO



Pág. 12

A CÉLULA DO PCP DA CUF PROPÕE:

UM DIA DE SALÁRIO PARA O PARTIDO

A célula do PCP da CUF decidiu promover entre os militantes e simpatizantes do Partido a oferta de um dia de salário para a Campanha dos 50 Mil Contos. As células do PCP da Câmara, da Equimetal, da Mompur, da Fisipe, do Organismo das Pequenas e Médias Empresas e do Organismo dos Professores do Barreiro aderiram à iniciativa. A Comissão Coordenadora Central lança um apelo geral aos militantes do Partido e às suas organizações para que - assinalando o aniversário do nosso glorioso Partido - promovam de forma organizada durante a primeira semana de Março a oferta de um dia de salário ao Partido - Ler o comunicado nas páginas centrais

Editorial

OS AVANÇOS DO FASCISMO E A «TRÉGUA POLÍTICA» DO PS

O perigo do fascismo, do retorno do fascismo em Portugal, não é um papão agitado pelos comunistas portugueses para meter medo aos incautos ou para provocar o alarme entre os portugueses. O alarmismo é uma arma peculiar das forças reaccionárias para desestabilizar a situação quando esta lhes é adversa, para confundir e semear o pânico entre as massas. O PCP, que sempre se guiou por uma política de verdade, combate e combaterá intransigentemente o alarmismo porque ele serve, em Portugal, os interesses e objectivos da contra-revolução.

Mas o perigo do fascismo entre nós é real, é um perigo que além disso se adensa na razão directa das acrobacias de classe, das cedências,

(Continua na pág. 2)



Pág. 8

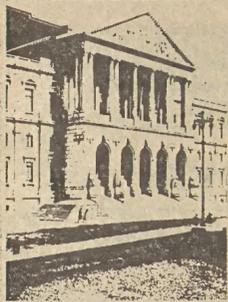
A violência contra os trabalhadores da Reforma Agrária foi recentemente denunciada num plenário em Santa Suzana



Pág. 9

Na conferência de Imprensa da DORA do PCP foram vigorosamente condenadas as ilegalidades do MAP e do Governo contra o prosseguimento da Reforma Agrária

O MAP TEM DE OUVIR OS TRABALHADORES!



Os comunistas na Assembleia

A sessão da passada terça-feira da Assembleia da República, embora não tenha registado nenhum acontecimento daqueles que fazem que a atenção da opinião pública fique presa ao que se passa em S. Bento, não se pode dizer que tenha decorrido sob o signo da rotina. Antes pelo contrário.

O período de antes da ordem do dia viria a ficar assinalado por três intervenções positivas sobre problemas importantes da vida nacional: a exploração da mão-de-obra feminina (focada na intervenção de uma deputada do PS), a reintegração no aparelho de Estado de servidores notórios do regime fascista (severamente criticada pelo deputado do PS, Raul Rego) e a luta dos agricultores rendeiros pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural (numa intervenção bem documentada do deputado comunista Vítor Louro).

Pela sua particular importância e significado, transcrevemos o seguinte passo da intervenção de Raul Rego: **É como se às pedras do fascismo as quiséssemos aproveitar para construir o socialismo!**

Por seu turno, a intervenção do camarada Vítor Louro adivinha importantes elementos, salientando a importância, para a agricultura portuguesa e para a economia nacional, da aplicação real da Lei do Arrendamento Rural e alertando os deputados e o próprio Governo para a necessidade do seu cumprimento ser vigiado.

Mas, conforme acentuaria aquele deputado, o Ministério da Agricultura, que no Alentejo faz intervir sistematicamente a GNR contra o disposto na Lei e contra a vontade dos trabalhadores, recusa-se no Norte e no Centro a dar-lhes instruções para defender os legítimos direitos dos rendeiros.

QUEM OS VIU E QUEM OS VÊ!

No entanto, o período mais agitado da sessão da passada terça-feira verificou-se na final da intervenção de um deputado do PPD que, arvorando-se em porta-voz dos interesses dos trabalhadores, criticou o Governo pela lei das quotas sindicais!

Essa intervenção — com algumas afirmações «surpreendentes» — viria a provocar pedidos de esclarecimento em série da parte da bancada socialista.

A breve trecho, com considerações tecidas pelo deputado Salgado Zenha, o incidente estava criado e os «propos» eram violentamente trocados entre as bancadas do PS e do PPD.

O contencioso entre o Partido Socialista e o PPD aumenta dia a dia. Na passada semana foi a vez do «leader» parlamentar do PPD pronunciar uma declaração política, através da qual minimizava a ameaça de um «regio fascista denunciada no Porto pelo Primeiro-Ministro.

Desta vez, o deputado Salgado Zenha começou por, ameno, perguntar se o PPD era «antimarxista, socialista ou social-democrata». Posta a questão «ideológica» nestes termos, depressa se chegou à oferta, pelo deputado do PPD, de um programa daquele partido para que o deputado socialista fosse esclarecido...

Voltando à carga, Salgado Zenha insistiu na questão do «marxismo». Tiro pela culatra, porque o deputado da bancada do dr. Sá Carneiro, citou as célebres declarações de Zenha sobre o facto de «nem o próprio Marx ser marxista».

A boa memória do deputado do PPD exacerbou a contumélia das palavras de Salgado Zenha, que para para o debate, já a azedar, a pergunta provocante de patético «terror»: «Será o PPD nacional-socialista?»

Foi o pandemônio: deputados do PPD, engasgados com a sombra do insulto, devolviam-nos à procedência, perante palmas e vozes exultadíssimas por parte das duas bancadas.

De sorriso beatífico nos lábios, os restantes deputados assistiam ao combate verbal, que apenas terminou depois de constantes apelos do Presidente da Mesa, que não mandou evacuar a sala...

NORMALIZAR AS RELAÇÕES GOVERNO-ASSEMBLEIA

O resto da sessão da passada terça-feira seria dedicada totalmente ao «rescaldo» do incidente constitucional que, mais adiante, referimos.

O Partido Comunista Português apresentou um projecto de resolução destinado a evitar que, no futuro, acontecimentos do tipo que o deputado Vital Moreira focou, na intervenção que reproduzimos parcialmente, se verificassem.

A bancada do partido do Governo ofereceu uma certa resistência à discussão do problema e à aprovação da resolução. O deputado Salgado Zenha voltou a ser figura de primeiro plano na defesa da posição socialista, desta feita acompanhado pelo seu colega António Arnaut.

Mas, finalmente, o projecto de resolução apresentado pelo PCP foi aprovado e o seu teor é o seguinte:

Considerando a conveniência do Governo não legislar, salvo razões ponderosas, sobre matérias sobre as quais existam pendentes na Assembleia da República projectos ou propostas de lei, ou requerimentos de sujeição a ratificação;
Considerando a conveniência de o Governo participar activamente nos trabalhos legislativos da Assembleia, nos termos constitucionais e regimentais;
Considerando a necessidade — para um e outro efeito — de o Governo ter conhecimento das Iniciativas legislativas pendentes na Assembleia;
A Assembleia da República delibera:

1 — Que através da Presidência da Assembleia da República sejam transmitidas ao Governo cópias de todos os projectos de lei e propostas de lei das Assembleias Regionais e requerimentos de sujeição a ratificação, acompanhadas da indicação da sua tramitação legislativa até ao momento.

2 — Que, de futuro, sejam transmitidas ao Governo cópias de todas as iniciativas legislativas da mesma natureza, após a sua admissão, acompanhadas da indicação da Comissão Parlamentar a que forem distribuídas.

3 — Que seja dado conhecimento desta resolução ao Governo.

Entretanto, deve iniciar-se na sessão de hoje a discussão do requerimento, apresentado pelo Partido Comunista Português, de sujeição a ratificação do Decreto-Lei n.º 841-C/76 (Lei dos Despedimentos).

Os graves incidentes recentemente verificados em Santa Suzana, na UCP «Rainha do Sul», foram focados na parte final da declaração política proferida pela deputada do PCP Alda Nogueira. Salientando que o Partido Comunista Português iria recolher mais informações para voltar posteriormente à questão, a deputada comunista não deixou, contudo, de acentuar:

Quero aqui manifestar a profunda preocupação do meu Partido e lavar o nosso protesto pela violência utilizada por elementos da GNR envolvidos nos acontecimentos e pela forma como os direitos dos cidadãos e as garantias constitucionais foram ali postergadas.

Vários deputados do Partido Comunista Português apresentaram,

nos últimos dias, requerimentos dirigidos ao Ministério do Trabalho, ao Ministério da Indústria e Tecnologia e ao Ministério das Obras Públicas.

O requerimento apresentado aos dois últimos, apresentado pelos deputados Vítor Louro, Manuel do Rosário Moita e Custódio Gingão, respeita aos atrasos verificados na construção da barragem do Alqueva.

Os dois requerimentos dirigidos ao Ministério do Trabalho e apresentados pelos deputados Severiano Falcão e António Juzarte reportam-se ao despedimento de 15 trabalhadores efectuado pela multinacional «Eli Lilly and Co», e aos atentados praticados aos trabalhadores da empresa «Ciborel» pela ex-entidade patronal.

PCP pediu a revogação do Decreto-Lei 864/76

O que está em causa verdadeiramente é a actuação do Governo nesta questão. O que está em causa é a legitimidade de o Governo legislar sobre matéria a respeito da qual existe pendente na Assembleia da República um projecto sobre a mesma matéria. O que está em causa é a possibilidade de o Governo prejudicar as iniciativas legislativas dos outros partidos, antecipando-se com decretos-leis à apreciação pela Assembleia dos projectos-leis nela pendentes.

Com estas palavras claras, o deputado Vital Moreira caracterizou um incidente legislativo recentemente verificado e envolvendo um projecto-lei apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, pedindo a sujeição a ratificação do Decreto-Lei n.º 530/76.

Aliás, aquele deputado comunista começaria a sua intervenção traçando o historial do referido incidente. Esse historial pode traduzir-se nos seguintes factos essenciais:

● Em 7 de Julho e publicado no «Diário da República» o Decreto-Lei 530/76, que permitia que por simples medidas administrativas fosse determinado o período de laboração das empresas em más condições, chegando mesmo a permitir a dispensa temporária dos trabalhadores, o congelamento da contratação colectiva, a transferência de trabalhadores e a redução de salários.

● Fazendo-se eco, na Assembleia, do generalizado protesto com que as organizações sindicais e de trabalhadores acolheram o referido decreto, o PCP apresentou em 11 de Outubro um pedido de revogação do decreto em causa.

● Apesar da iniciativa parlamentar do PCP ter uma das primeiras prioridades regimentais, a sua discussão foi sendo protelada.

● Entretanto, a 13 de Dezembro, o Governo faz publicar no «Diário da República» o Decreto-Lei 864/76 que, revogando aspectos parciais, mantém o essencial do anterior.

● A Comissão Parlamentar de Trabalho entende, então, que tal decreto-lei prejudicava o projecto-lei do PCP e assim o comunicou ao Presidente da Assembleia por ofício, em vez de enviar um parecer para que o plenário o discutisse e votasse.

● Esse ofício foi objecto de um requerimento apresentado ao Presidente no sentido de que a Comissão de Trabalho o transformasse em parecer regimental.

Um movimento sindical forte e unido é uma importante linha de defesa da revolução

O Congresso — afirmou a deputada comunista Alda Nogueira numa declaração política do PCP feita numa sessão da passada semana, a propósito da importância e do significado do Congresso de Todos os Sindicatos — aprovou documentos que nenhuma força política ou órgão de soberania, especialmente esta Assembleia, pode ignorar. Entre eles há um programa de acção, um caderno reivindicativo e um projecto de lei sindical. O Partido Comunista Português, fiel ao princípio de que é com os trabalhadores que se constrói o país e a democracia, tudo fará para que, suas reivindicações justas encontrem o justo eco aqui e em qualquer parte a que se dirijam.

Iniciando a sua intervenção pela afirmação já expressa na Nota da Comissão Política do CC do PCP — a realização do Congresso de Todos os Sindicatos constitui uma vitória histórica do movimento operário e dos trabalhadores portugueses — a deputada Alda Nogueira, depois de salientar que a importância do Congresso gaugou as fronteiras do país e estendeu-se a milhares de quilómetros além, acentuou:

Naturalmente que os olhos e a perspectiva com que cada um via o Congresso (os de lá de fora e os de cá de dentro) eram diferentes. Para uns era a perspectiva da unidade dos trabalhadores, do alargamento e consolidação da unidade do movimento sindical. Para outros era e é a perspectiva da divisão, do pluralismo tão querido aqueles cujo conceito de liberdade sindical é elaborado nos gabinetes dos gestores do capital.

Relembrando a decepção que estes últimos tiveram, a deputada do PCP prosseguiu:

O Congresso foi uma vitória da unidade, apesar da ausência dos que voluntariamente não quiseram estar presentes. O Congresso mostrou que não tinha qualquer consistência, que era totalmente desajustada do ponto de vista da equidade e da justiça, a exigência da paridade na Comissão Organizadora feita pelos sindicatos da chamada «Carta Aberta», os quais, servindo-se desse pretexto, estiveram voluntariamente ausentes.

Seguidamente, na sua intervenção, a deputada do PCP salientou o grande espírito de abertura, a democraticidade, o esforço honesto de aproximação das várias tendências e de superação das dificuldades que caracterizaram os trabalhos do Congresso de Todos os Sindicatos, para mais adiante referir:

Naturalmente que continuará a haver quem diga que tudo foi manipulado, manobrado, que não houve democracia, que houve

● Tal requerimento mereceu o natural despacho favorável.
● No mesmo dia — 20 de Janeiro — o deputado do PS José Luís Nunes recorreu da decisão.

Parecia estar aberto um lamentável incidente parlamentar — salientou Vital Moreira na sua intervenção — se o bom senso e as regras regimentais não tivessem prevalecido.

Perante a situação concreta — acentuou o deputado comunista — é lícito retirar a conclusão de que o Governo pretendeu efectivamente prejudicar a nossa iniciativa parlamentar sobre a questão.

Depois de ter focado vários exemplos da atitude colaborante da Assembleia perante as iniciativas legislativas do Governo, Vital Moreira acentuou:

De resto, quando o Governo legisla em matérias pendentes da Assembleia, não se trata de uma questão apenas formal. Trata-se de uma questão politicamente relevante. Um decreto-lei do Governo não é, em qualquer caso, idêntico a uma lei da Assembleia. Um decreto-lei é uma forma mais ou menos secreta de legislar. Os decretos-leis conhecem-se apenas em geral quando aparecem estampados no «Diário da República». Não conhecem qualquer processo de discussão pública, não são resultado de uma discussão pública entre as correntes políticas constitucionalmente relevantes.

Seguidamente e depois de aduzir várias outras razões que condenam a atitude do Governo, Vital Moreira afirmou: **O PCP entende que a Comissão podia e devia ter resolvido, no sentido por nós proposto, o problema posto. Bastaria ter utilizado os poderes que outras comissões não têm hesitado, sem qualquer contestação, em utilizar, admitindo livremente a substituição parcial ou integral de textos de projectos de lei. Não é de excluir que se tenha pretendido, a propósito da resolução de uma questão prévia, resolver desde logo e também a questão de fundo.**

O deputado do PCP terminou a sua intervenção salientando que o nosso Partido, por admitir que exista um obstáculo formal, retirava o seu projecto de lei visando a revogação do Decreto-Lei 530/76 e substituiu-o por outro projecto de lei visando a revogação do Decreto-Lei 864/76.

golpismo, enfim, os eternos e estafados chavões de sempre. Para uns será sempre assim tudo quanto não tenha a marca exclusiva das suas próprias opções ideológicas e partidárias. Para outros, talvez apenas porque nem tudo foi feito a seu gosto e de acordo com as suas opiniões.

E mais adiante, Alda Nogueira referiu: *Mas se é certo que a vida se constrói, nas diversas expressões que têm as realizações humanas, na base da defesa de princípios e opções que cada um perfilha, não é menos certo que ela tem de se construir também na base da procura duma aproximação mútua para que o entendimento entre os homens seja possível. E isto é assim ainda com mais razão quando se trata da unidade dos trabalhadores.*

Apelando mesmo para aqueles que agora se isolaram no sentido de reencontrarem os caminhos da unidade, a deputada comunista prosseguiu:

É evidente que a unidade dos trabalhadores, de que a unidade do movimento sindical é uma das suas expressões mais válidas, interessa em primeiro lugar aos próprios trabalhadores para que melhor possam defender os seus interesses.

Mas não só. A unidade dos trabalhadores interessa a todos os democratas e antifascistas, a todos quantos estão verdadeiramente interessados na defesa das conquistas do 25 de Abril, embora alguns possam não ter a exacta consciência disso. Um movimento sindical forte, unido, é uma importante linha de defesa da revolução.

Salientando, pouco depois, não existir qualquer contradição — antes pelo contrário — entre os interesses dos trabalhadores e os interesses da economia nacional, Alda Nogueira referiu o papel relevante e determinante que os trabalhadores unidos podem ter na recuperação da nossa economia, acrescentando:

Mas não é com uma política de recuperação capitalista como a que tem estado a ser seguida pelo Governo com a publicação de todo um conjunto de leis laborais altamente lesivas dos seus interesses, que conduzam a que sejam eles a pagar as principais custas da crise e das dificuldades de que não são os culpados, leis que ainda por cima são inconstitucionais na medida em que os trabalhadores não foram ouvidos, como determinam os artigos 56 e 58 da Constituição da República, não é com uma tal política que se pode ganhar os trabalhadores para esse esforço de que o País precisa. A crise deve ser paga fundamentalmente pelos que dela são culpados e pelos que melhor a podem pagar.

Editorial

(Continuação da pág. 1)

OS AVANÇOS DO FASCISMO E A «TRÉGUA POLÍTICA» DO PS

recuos e divisões de forças democráticas responsáveis pela defesa e o avanço das conquistas da revolução.

Falar dos perigos, conhecê-los na sua exacta dimensão, é essencial para avaliar e mobilizar as forças capazes de os conjurar. Saber vê-los a tempo é uma condição para os vencer. Os perigos existem mas existem também entre nós as forças e os meios suficientes para os anular e derrotar.

Quando há dias no Porto o Primeiro-Ministro Mário Soares se referiu à subida do fascismo e do nazismo em Portugal, não fez mais do que referir um fenómeno visível por todos desde que não enterrem a cabeça na areia como o avestruz.

Não basta, porém assinalá-lo assim, sem mais nada, e apenas para justificar uma insidiosa proposta de tréguas políticas entre os partidos, como fez o Primeiro-Ministro. É necessário ir mais longe e mais fundo e pôr ao sol as raízes do mal.

Donde vem o perigo do fascismo?

É evidente que entre nós o perigo principal vem, antes de tudo, da intensa actividade conspiratória — secreta ou sob cobertura geral — das forças da reacção no plano interno e dos conluios e intrigas do imperialismo.

Sem qualquer obstáculo os conspiradores da direita reúnem, organizam-se, congemina planos.

As forças reacçãoárias passam por um novo processo de reagrupamento. À volta de Kaúlza de Arriaga, o general cujas ambições políticas e tendências ultraconservadoras são sobejamente conhecidas, polarizam-se a extrema direita militar e os círculos mais agressivos e reacçãoários do capital financeiro e agrário, da CAP e da CIP. A criação do MIRN e do PAP obedece seguramente ao propósito de criar estruturas orgânicas que garantam a essas forças a eficiência do comando político e operacional.

Incrustados em certos lugares de mando,

donde nunca foram desalojados, os fascistas abrem-se uns aos outros espaço político e posições de manobra nos centros de decisão.

O que se passa, por exemplo, com as nomeações dos juizes a quem incumbe julgar os «pides» é extremamente elucidativo: nos Tribunais Militares de Lisboa, Coimbra e Tomar foram colocados juizes sobre quem recaíram graves acusações de comprometimento com o regime anterior que não ficaram esclarecidas.

Porquê foram nomeados estes e não outros? Quem os pôs lá? Que se pretende com as nomeações de tais juizes cujo ódio à revolução de Abril é suficientemente conhecido e agora descaradamente exibido no decurso das próprias audiências?

A escandalosa libertação dos «pides», alguns deles assassinos confessos de patriotas e antifascistas, a maneira como os julgamentos são conduzidos, a forma como está a ser preparada a base jurídica para a libertação e reabilitação do chefe do bando, Silva Pais, mostram que a reabilitação moral do fascismo, das suas instituições mais odiosas e sinistras, já está a ser feita.

E a intensa propaganda fascista, quem a financia? Os inúmeros pasquins e folhas e folhetas reacçãoárias que pululam nas mãos dos arduinos ou nos escaparates da via pública, quem têm por detrás? Quem lhes garante a impunidade dentro e fora do País?

Sim, da direita vem o perigo maior mas ficaríamos curtos se por aí ficassemos. Há outros factores que adensam os perigos do fascismo e de que não falou o dr. Mário Soares no Porto, quando pediu aos partidos que ali estavam representados, entre eles o PCP, um cheque em branco para a sua política.

O dr. Mário Soares cria aos outros partidos da esquerda, nomeadamente ao PCP que é o maior partido organizado dos trabalhadores portugueses, graves problemas de conduta política relativamente ao seu partido e ao seu Governo. Em nome da unidade antifascista propõe-nos e a outros partidos (supomos que aos antifascistas) uma trégua política.

Entretanto, não dá um passo, antes pelo contrário, para pôr fim à insensatez da política antioperária, de recuperação capitalista, agrária e imperialista do seu Governo, política que é um importante factor de adensamento dos perigos da direita e do fascismo em Portugal.

O PCP não poupará esforços para chegar a uma plataforma de entendimento com o PS e com outros partidos, organizações

e individualidades democráticas e antifascistas, civis e militares, para fazer face às ameaças do fascismo e para uma verdadeira política de salvação nacional, de defesa dos interesses das classes trabalhadoras, das conquistas da revolução, da independência nacional. Isto significa que o PCP nunca aceitará pôr-se a reboque da política actual do PS e do seu Governo, a qual levaria a um autêntico suicídio da revolução.

O dr. Mário Soares e outros dirigentes socialistas continuam a afirmar que o Governo do PS constitui actualmente a única alternativa de esquerda em Portugal.

Mas será fazer uma política de esquerda lançar as forças da GNR contra os trabalhadores da Reforma Agrária, impor pela força, sem respeito pela lei, o desmembramento das Unidades Colectivas de Produção, sufocá-las economicamente suprimindo-lhes o Crédito Agrícola de Emergência, perturbando as sementeiras, requisitando-lhes máquinas e alfaias, provocando de novo o desemprego em vastas zonas do Alentejo?

Será política de esquerda promulgar leis como a dos despedimentos que abre a porta a todos os atropelos dos patrões e reduz a cacos o direito ao trabalho inscrito na Constituição? E que dizer da política de austeridade que afecta fundamentalmente as classes trabalhadoras enquanto saem do erário público milhares de contos em subsídios e indemnizações aos agrários expropriados e aos seus familiares que dispõem ainda de largos rendimentos e bens? Como pode um Governo que se autocalifica de esquerda entregar de novo aos patrões sabotadores ou que fugiram roubando os dinheiros do património e encara de ânimo leve o termo das intervenções do Estado nas empresas intervencionadas, o que, a concretizar-se, poderá lançar no desemprego milhares de trabalhadores e desorganizar largos sectores da produção?

O rol seria longo e fastidioso. Com uma tal dinâmica, mesmo em nome de uma exigente unidade contra o fascismo, seria lícito estabelecer com o Governo PS uma trégua política?

O PCP continuará como até aqui na firme disposição de impedir que a um Governo PS incapaz de governar se suceda um governo abertamente de direita. Mas não cederá à chantagem do cheque em branco ao Governo do PS em nome da unidade.

A alternativa democrática colocada pelo PCP,

DELEGAÇÃO DO PCP A PARTIR DE HOJE EM ITÁLIA A CONVITE DO CC DO PCI

Encontra-se em Itália, a partir de hoje e até domingo, uma delegação do Partido Comunista Português, que se desloca àquele país a convite do Comité Central do Partido Comunista Italiano. Da delegação do nosso Partido fazem parte os camaradas Alvaro Cunhal, secretário-geral, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Vítor Neto, da Secção de Informação e Propaganda do CC. O programa da permanência em Itália prevê, além de conversações com uma delegação do PCI, chefiada pelo seu secretário-geral, camarada Enrico Berlinguer, encontros com outras formações políticas e uma visita à cidade de Nápoles.



Eleito no Congresso de Todos os Sindicatos, em 30 de Janeiro findo, o Secretariado Nacional da CGTP-IN foi empossado, anteontem, pela CNOG, na sede da Confederação. Durante a cerimónia, de que damos uma imagem, um porta-voz daquele órgão da Central salientou a importância do Congresso e o reforço da unidade dos trabalhadores, acrescentando que é nessa perspectiva unitária e partindo de uma vivência democrática que o novo Secretariado vai nortear a sua acção. «Por isso — frisou ainda o porta-voz — contamos com a participação dos trabalhadores portugueses, com a solidariedade dos trabalhadores do Mundo inteiro e com o apoio de todas as forças democráticas do nosso País».

O trabalho nas autarquias factor de unidade e coesão das massas populares

Antes das eleições para os órgãos de poder local, os partidos de direita (PPD e CDS) defenderam que não fosse consagrado na lei o sistema de representação proporcional nos órgãos a eleger. Argumentando com a necessidade de dar carácter "operacional" aos órgãos eleitos, pretendiam na realidade um sistema que cristalizasse e aprofundasse divisões partidárias artificiais, na medida em que não correspondem a interesses de classe divergentes.

Com efeito, a necessidade de funcionamento colegial dos órgãos de poder local decorre da própria Constituição. Não há, no entanto, que recear que o sistema de representação proporcional e a colegialidade criem dificuldades ao funcionamento das autarquias. As forças populares e progressistas favorecerão e apoiarão quaisquer iniciativas que contribuam para satisfazer carências locais e elevar o nível de vida das populações, venham de onde vierem.

Em muitos casos, os interesses de classe objectivos de homens e mulheres eleitos em listas do PS e do PPD e CDS são interesses das classes e camadas interessadas na democracia e na independência nacional. Sendo assim, é possível em face de cada problema concreto encontrar soluções adequadas que possam ser aceites por membros dos órgãos de poder local eleitos em listas da FEPU e em listas de outras forças políticas.

Mas será fundamental que as populações não sejam esquecidas, que mais do que pedir o seu apoio se estimule a sua participação na resolução dos problemas da colectividade. Que as populações não sejam ignoradas, como já aconteceu em algumas sessões de Câmara "privadas", que a realização de sessões públicas e não sejam só teoricamente, como inevitavelmente acontecerá sempre que tais sessões se realizem durante o dia, enquanto a maioria das populações trabalha. E a participação pública nas sessões é apenas uma parte do muito que se pode e deve fazer.

Unir esforços deverá — terá de ser — a palavra de ordem. Palavra de ordem que presidiu já à própria formação e continuação da Frente Eleitoral Povo Unido, cujo objectivo não é mais do que mobilizar energias no sentido de criar condições para resolver os inúmeros problemas que existem em cada concelho e em cada freguesia.

Nem é de estranhar que isso aconteça. O que está, essencialmente, em causa na actuação das autarquias não são questões de política geral mas sim problemas de cada terra. E mesmo quando não seja possível a acção comum por as soluções não serem as que mais favoreçam as populações, é ainda importante a participação de forças heterogéneas nos órgãos de poder local, porque certamente as forças progressistas não deixarão de denunciar as actuações incorrectas e de alertar as populações para que se imponham e façam valer os seus direitos.

Será assim possível, com a actuação democrática e patriótica dos membros eleitos que estejam decididamente dispostos a lutar pelo bem comum, encontrar soluções para a defesa dos interesses populares, esbater divisões partidárias artificiais, unir esforços para recuperar o atraso em que o fascismo deixou os concelhos e freguesias do nosso país, contribuindo de forma decisiva para a mais ampla unidade das massas populares.

Unir esforços deverá — terá de ser — a palavra de ordem. Palavra de ordem que presidiu já à própria formação e continuação da Frente Eleitoral Povo Unido, cujo objectivo não é mais do que mobilizar energias no sentido de criar condições para resolver os inúmeros problemas que existem em cada concelho e em cada freguesia.

Será assim possível, com a actuação democrática e patriótica dos membros eleitos que estejam decididamente dispostos a lutar pelo bem comum, encontrar soluções para a defesa dos interesses populares, esbater divisões partidárias artificiais, unir esforços para recuperar o atraso em que o fascismo deixou os concelhos e freguesias do nosso país, contribuindo de forma decisiva para a mais ampla unidade das massas populares.

ROMAGEM AO TÚMULO DE HUMBERTO DELGADO

Em homenagem à figura do general Humberto Delgado realiza-se no próximo domingo, dia 13, pelas 15 e 30, uma romagem ao túmulo daquele resistente antifascista, no cemitério dos Prazeres, em Lisboa.

A comissão organizadora é constituída pela dr.ª Alcina Bastos, dr. Duarte Vidal, comandante Vítor Crespo e Urbano Tavares Rodrigues.

Numa concentração prévia a efectuar à porta do cemitério será evocada a figura do general Humberto Delgado por outros resistentes ao fascismo, entre os quais o nosso camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP.

Numa altura em que a libertação dos «pides» é quase moeda corrente é preciso que esta romagem, para além da homenagem que se presta, sirva para alertar que o general Delgado foi assassinado pela Pide e até agora a justiça tarda.

A CGTP-IN denuncia

VIOLÊNCIA E ARBITRÍO CONTRA TRABALHADORES

CGTP-Intersindical Nacional, falando em nome dos trabalhadores portugueses com a legitimidade que eles próprios refiraram no Congresso de Todos os Sindicatos, «protesta veementemente contra os factos ocorridos na zona de intervenção da Reforma Agrária», denunciando, «com a maior veemência, as arbitrariedades e actos de violência que vêm sendo cometidos contra os trabalhadores agrícolas».

Em mais dois comunicados emitidos recentemente, a CGTP-IN exige que a lei dos despedimentos do Governo PS seja substituída por uma lei progressista e protesta contra o facto de o «cabaz de compras» proposto pelo Governo não incluir «produtos e serviços essenciais como as rendas de casa, os medicamentos, a carne fresca, vestuário, calçado, etc.».

Verdadeiramente essenciais. Mas, perante as dilacções verificadas, os representantes do Movimento Sindical «denunciam firmemente o que se está a passar, com a cumplicidade e apoio activo de entidades governamentais, como se verificou recentemente com o aumento de preços de electricidade, gás, água, batata e transportes e como virá passar-se brevemente com o pão».

Na próxima semana Avante! falará de:

Por absoluta falta de espaço, somos forçados a adiar a publicação de artigos anunciados no número anterior do «Avante!». A eles daremos o relevo merecido na próxima semana. Lembramos que esse material se refere às torturas da PIDE, à história do movimento operário em Portugal e ao livro da Comissão Coordenadora das Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF, que divulga importantes documentos sobre a conspiração monopolista no primeiro ano da Revolução.

O GOVERNO E O «CABAZ»

No que respeita ao «cabaz de compras», a CGTP-Intersindical Nacional afirma que «os representantes sindicais no Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, organismo encarregado de discutir e propor a composição daquele «cabaz», consideram «que a falta de elementos, que o Governo tem a obrigação de fornecer, visa atrasar as deliberações sobre a proposta que o Conselho deve elaborar e se articula com os recentes aumentos de preços que têm sido decretados sob pressão das entidades patronais. Tendo estas conhecimento da intenção de congelar os preços e garantir o abastecimento de uma série de produtos, redobram as suas manobras e chantagens para se anteciparem a essa decisão e desta forma anular as consequências positivas que esta medida poderia ter para os trabalhadores portugueses».

Os representantes sindicais no Conselho Nacional de Rendimentos e Preços tudo têm feito — acrescenta a CGTP-IN — para acelerar a adopção definitiva dessa medida de tabelamento, de modo a que ainda este mês seja apresentada ao Governo uma proposta que inclua os artigos

Porque aumentam os preços e se agravam as condições de vida?

1. No quadro do agravamento da situação económica e social do País, a rápida degradação das condições de vida, do Povo português, nomeadamente pela desenfreada subida dos preços, constitui neste momento motivo de mais profunda inquietação. Assume justificação plenamente uma expressão muito vasta do descontentamento popular contra a alta do custo de vida, contra os aumentos sucessivos dos preços de produtos e bens essenciais à vida da população, contra a onda imensa de especulação, de açambarcamentos, de irregularidades nos abastecimentos, contra a impunidade, o estímulo e a tolerância de que estão beneficiando actividades e manobras gravemente lesivas dos interesses da economia nacional.

2. O projecto de estabelecer um «Cabaz de Compras» anunciado no Programa do Governo em Agosto de 1976, com o compromisso de ser concluído até final do ano passado, se tivesse sido animado por uma sincera disposição de defender a população do agravamento do custo de vida e fosse conjugado com uma acertada política global, poderia ter sido, apesar de tudo, uma medida positiva e, nesse sentido, terá gerado inicialmente alguma expectativa favorável. Mas torna-se hoje cada vez mais evidente o carácter demagógico da iniciativa e a sua falta de conteúdo o significado concreto. O «Cabaz de Compras» que o Governo prepara ainda não entrou em vigor e já se encontra seriamente desacreditado perante as massas populares que têm legítimas razões para pensar que não dará a mínima resposta aos sentidos problemas da alta do custo de vida.

3. Ao contrário do que o Governo do PS parece acreditar, o problema fulcral da redução da diferença entre a produção e o consumo nacional não pode ser resolvido pela via da redução de consumos essenciais dos trabalhadores e das camadas laboriosas da população. Passa sim por uma autêntica reanimação do processo produtivo com vista ao aumento de produção e pela redução prioritária dos consumos supérfluos, privados e públicos, por medidas que atinjam fortemente os mais altos rendimentos.

4. A política de abastecimentos e preços do Governo do PS reflecte a orientação antipopular e de cedência aos capitalistas que, de uma forma geral, caracteriza toda a sua política económica e social e traduz-se num dos aspectos mais brutais da recuperação capitalista.

Pavilhão dos Desportos **AMANHÃ** às 21h.

GRANDE FINAL DOS 2.ºS FESTIVAIS DE CANTO LIVRE

Actuação de: **BARATA MOURA**, **J.J. LETRIA**, **FERNANDO TORDO**, **CARLOS PAULO** que fomarão também o júri

Convívio com o Conjunto AD-HOC

OS CONVÍTIOS SERÃO ADQUIRIDOS À ENTRADA E NAS SEDES DA UJC E DO PCP

UNIAO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Com a presença do Camarada **OCTÁVIO PATO**

O GOVERNO E O «CABAZ»

Relativamente à lei dos despedimentos, a CGTP-IN, numa exposição entregue ao presidente da Assembleia da República, à comissão parlamentar do trabalho e aos grupos parlamentares do PCP e do PS, manifesta «a exigência unânime dos trabalhadores no sentido do Decreto-Lei n.º 841-C/76 ser substituído por uma lei progressista, elaborada com participação do Movimento Sindical e das Comissões de Trabalhadores, que dê aplicação à proibição constitucional dos despedimentos sem justa causa, impedindo o despedimento repressivo de dirigentes e activistas sindicais».

O GOVERNO E O «CABAZ»

Com efeito, a entrada em vigor do «Cabaz de Compras» tem vindo a ser adiada dando-se assim tempo

O GOVERNO E O «CABAZ»

3. Ao contrário do que o Governo do PS parece acreditar, o problema fulcral da redução da diferença entre a produção e o consumo nacional não pode ser resolvido pela via da redução de consumos essenciais dos trabalhadores e das camadas laboriosas da população. Passa sim por uma autêntica reanimação do processo produtivo com vista ao aumento de produção e pela redução prioritária dos consumos supérfluos, privados e públicos, por medidas que atinjam fortemente os mais altos rendimentos.

O GOVERNO E O «CABAZ»

As associações representativas da Função Pública propõem aos trabalhadores do sector uma jornada de luta que constitua «um sério aviso da sua determinação de não mais permitirem que legislação que lhes respeita seja aprovada sem a sua efectiva participação».

O GOVERNO E O «CABAZ»

Esta não assumirá, porém, a forma de greve generalizada, pois as comissões directivas e as direcções sindicais «analisaram profundamente a situação e concluíram que, na actual fase de formação e consolidação dos Sindicatos da Função Pública e na presente situação político-económica do País, os efeitos e consequências de uma greve geral repercutir-se-iam séria e imprevisivelmente na situação política geral e poderiam trazer resultados mais negativos que positivos para os trabalhadores da Função Pública em particular e para os trabalhadores portugueses em geral».

O GOVERNO E O «CABAZ»

4. A política de abastecimentos e preços do Governo do PS reflecte a orientação antipopular e de cedência aos capitalistas que, de uma forma geral, caracteriza toda a sua política económica e social e traduz-se num dos aspectos mais brutais da recuperação capitalista.

O GOVERNO E O «CABAZ»

5. A degradação da situação económica e social do País acarreta sérios perigos para o regime democrático. O agravamento das condições de vida da população pode gerar situações de desorientação e perturbação que não resultem em favor da consolidação do regime democrático. O Governo do PS, fazendo sua a política da direita, longe de a conter, cria condições para que a direita, apoiando as medidas, explore no entanto demagogicamente as suas consequências, procurando atribuir as responsabilidades ao 25 de Abril e ao regime democrático.

O GOVERNO E O «CABAZ»

6. O PCP, salientando que as soluções da direita apenas trariam ao Povo português maior exploração, maior agravamento das suas condições de vida e feroz repressão, manifesta o seu firme propósito de combater energeticamente todas as manobras e tentativas de levar o descontentamento popular a assumir formas de protesto negativas, desperperadas e contrárias aos interesses da democracia portuguesa.

O GOVERNO E O «CABAZ»

7. O PCP, condenando severamente a política económica e social do Governo do PS e partilhando inteiramente das justas inquietações dos trabalhadores e das massas populares, considera que o protesto e a indignação populares se devem concentrar no objectivo de travar a política irresponsável que está na origem do aumento do custo de vida e do agravamento das condições de vida do Povo português, devem tornar mais ampla a exigência nacional de uma política democrática que com urgência defenda os interesses dos trabalhadores e da economia nacional.

O GOVERNO E O «CABAZ»

8. Lisboa, 4 de Fevereiro de 1977. A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

O GOVERNO E O «CABAZ»

9. Lisboa, 4 de Fevereiro de 1977. A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

O GOVERNO E O «CABAZ»

10. Lisboa, 4 de Fevereiro de 1977. A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

SAI EM BREVE

Militante

EMIGRANTES NA ALEMANHA NÃO ESQUECEM O «AVANTE!»

O «Avante!» foi o tema de uma sessão de esclarecimento realizada em Wiesbaden, República Federal da Alemanha, a meados do mês passado, por um grupo de emigrantes portugueses comunistas.

No debate que se travou, foi evocado o nascimento do jornal e as circunstâncias em que viveu até ao 25 de Abril.

Depois, passou-se a discussão da fase actual do jornal, surgindo algumas opiniões de que seria útil voltar a publicar-se a página de actualidade internacional, num conjunto de informações curtas e resumidas «que em poucas linhas nos punham ao corrente do que se passa pelo mundo».

Mas não ficou por aqui a troca de opiniões. Outro

assunto abordado foi o atraso e a irregularidade na distribuição que se verifica à chegada do «Avante!» àquele país.

Por último, vincando a necessidade de todos os militantes lerem o «Avante!» como material de estudo e de trabalho político, os camaradas de Wiesbaden estudaram a possibilidade de aumentar a venda do órgão central do PCP naquela cidade e cada um dos presentes tomou a responsabilidade de contactar possíveis assinantes, tendo-se estabelecido uma meta do número de jornais a distribuir semanalmente.

Ficou assente que no próximo dia 15 de Fevereiro, data do 46.º aniversário do «Avante!», se realizaria uma pequena festa para celebrar o aniversário. Dando conta desta reunião, os nossos camaradas em Wiesbaden enviaram igualmente uma saudação ao «Avante!», assinada por todos os que participaram na reunião, que transcrevemos.

SAUDAÇÃO AO NOSSO JORNAL

Wiesbaden (RFA), 16 de Janeiro de 1977

Nós, abaixo-assinados, representantes de mais de 30 leitores do «Avante!» de Wiesbaden, na República Federal Alemã, reunimo-nos interessados em discutir assuntos relativos ao jornal «Avante!».

Primeiro que tudo aproveitamos a oportunidade para saudar os amigos e camaradas, que de uma maneira ou outra trabalham arduamente, para que o nosso «Avante!», o jornal dos trabalhadores portugueses dentro e fora do País, possa sair todas as semanas; para que possamos regularmente ter notícias do desenvolvimento e defesa das conquistas da revolução; para que regularmente recebamos novas ideias de como coordenar a luta de todos os trabalhadores pela conquista definitiva do poder político, do poder económico e da justiça social.

Dentro de um mês o «Avante!» completará 46 anos de trabalho ao serviço da causa da classe operária portuguesa, ao serviço dos interesses do Povo português e da revolução começada em Abril de 74.

Enviámos por isso desde já um grande abraço de parabéns aos membros do corpo redactorial do «Avante!» pelo trabalho realizado, e que no próximo ano sejam repletos de sucesso as diligências dos amigos e camaradas, de fazer do «Avante!» cada vez mais um jornal de todos os trabalhadores portugueses e cada vez mais um jornal indispensável à defesa e consolidação da revolução portuguesa. Os participantes nesta reunião debruçaram-se sobre diversos aspectos como seja o novo preço do «Avante!», o modo de alargar a venda do «Avante!» aqui na emigração, a informação de acontecimentos do campo internacional, o modo de exercer solidariedade junto dos amigos e camaradas que trabalham no jornal ajudando com donativos para o «Avante!», etc.

Os presentes acham que reuniões deste tipo têm muita importância, não só para nós aqui para a frente encararmos o «Avante!» como um órgão indispensável na luta ideológica da classe operária contra a falsa ideologia da burguesia reaccionária, mas também para que os amigos e camaradas que trabalham no jornal se sintam apoiados e sejam enriquecidos pelas ideias de todos os amigos que têm o «Avante!».

Pedimos que o «Avante!» publique uma pequena notícia deste acontecimento para que os camaradas e amigos da emigração, aproveitando a nossa experiência se empenhem mais em fazer do «Avante!» um defensor dos milhares de portugueses que por razões alheias à sua vontade foram obrigados a abandonar o nosso querido País.

Despedimo-nos com um grande abraço solidário repleto das nossas mais cordiais saudações combativas.

PROVOCADORES À SOLTA EM CERCAL DO ALENTEJO

Na noite de 20 para 21 do mês passado, um grupo de provocadores e reaccionários arrancou a bandeira do PCP colocada no Centro de Trabalho de Cercal do Alentejo, pisando-a e queimando-a de seguida.

Este acto inqualificável mereceu a condenação de todos os democratas e antifascistas, como o testemunham as provas de solidariedade manifestadas pela maioria da população de Cercal para com os nossos camaradas e o nosso Partido.

Os provocadores estão identificados: Trata-se de Vitor Manuel Contreiras Gonçalves

Nunes, Jorge Manuel Abrantes Costa e José Luis Ramos. Agora, como o salienta um comunicado da Comissão de Freguesia do PCP, exige-se justiça, exige-se que os provocadores sejam punidos.

Os comunistas do Cercal, tal como os comunistas de qualquer ponto do país, não se deixam intimidar por actos como esta e mantêm-se firmes na defesa do seu Partido, na defesa da unidade de todos os que estão sinceramente empenhados na continuação do processo democrático.

ENCONTRO DA JUVENTUDE EM CORUCHE

Por iniciativa da Comissão de Juventude do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, realiza-se no próximo dia 20 um Encontro da Juventude Trabalhadora do Concelho de Coruche, subordinado ao tema «Jovem trabalhador pela defesa da Reforma Agrária e das conquistas do 25 de Abril».

Esta jornada de unidade e de luta, que conta já com o apoio de centenas e centenas de jovens da região, decorrerá nas instalações do Centro de Cultura Popular de Coruche, estando o seu início previsto para as 10 horas. Ao fim da tarde, será promovida uma sessão de Canto Livre Amador, seguida de baile.

HOMENAGEM

Na passagem do primeiro aniversário da morte do nosso camarada João Modesto Pato, trabalhador da construção civil, a Célula do PCP do Bairro da Quinta do Chegado (Almada), a Comissão de Moradores local e a direcção do Clube Recreativo «A Lagoa», levam a efeito, depois de amanhã, pelas 15 horas, uma romagem ao cemitério do Monte da Caparica, onde se encontra a campa daquele militante comunista desaparecido, cuja vida de lutador antifascista constituiu um expressivo exemplo para todos os revolucionários, para todos os democratas.

Por iniciativa dos seus companheiros, camaradas e amigos, será descerrada uma lápide junto da campa.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 772284

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1, Tel. 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto, Tel. 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal Baixa da Banheira, Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa, Tel. 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787
Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média no mês de Janeiro — 78 725 ex.



Cartaz de solidariedade com Portugal editado na Bélgica por democratas e antifascistas, amigos da revolução portuguesa

O 25 DE ABRIL SERÁ ASSINALADO POR TODA A EUROPA

O terceiro aniversário da jornada libertadora do 25 de Abril vai ser assinalado por toda a Europa Ocidental através de diversas iniciativas onde estarão presentes agências noticiosas multinacionais que veiculam informação tendenciosa do que se passa em Portugal — afirmou-se, entretanto, durante uma conferência de imprensa promovida na passada semana pelo CPCC, onde participaram o deputado socialista Lopes Cardoso (que presidiu) e Silas Cerqueira, ambos da direcção do Conselho Português Para a Paz e a Cooperação, e os representantes dos Comités da Finlândia, Suécia, Dinamarca, Holanda, Suíça e Bélgica.

No decorrer do encontro com os jornalistas, os Comités de Solidariedade fizeram o balanço do que tem sido a sua actividade desde o 25 de Abril de 1974 e da sua estadia em Lisboa, durante a qual se avistaram com o prof. Henrique de Barros, ministro de Estado e com o conselheiro da Revolução Vitor Alves. Estabeleceram contactos com a camarada Sérgio Vilariques, membro do Secretariado da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido, com um deputado

do PS e ainda com Macalista Malheiros, Carlos Candal, Piteira Santos e diversos dirigentes sindicais.

APOIO À REFORMA AGRÁRIA

A tónica comum da actividade desenvolvida por estes Comités na Europa Ocidental centra-se na questão da Informação sobre Portugal e no apoio material à Reforma Agrária, que, segundo as suas palavras, é a «ponta de lança da Revolução Portuguesa». Os fundos já recolhidos e entregues a cooperativas portuguesas pelos Comités ascendem a mais de 2 mil contos.

O Comité da Holanda — representado em Lisboa por Hermine Lataster, fotógrafa — foi constituído em Março de 1975 por um grupo de personalidades de diferentes tendências políticas e camadas sociais. Este Comité, que edita regularmente um boletim informativo, tem feito numerosas sessões de esclarecimento e intervenções na Rádio e na Televisão. A professora universitária da Dinamarca, Birgit Butler, informou que no seu país não se tornou propriamente um Comité de Solidariedade, mas foi constituída uma Comissão formada por representantes de 48

BANCA E GOVERNO AO SERVIÇO DE QUEM?

Encontram-se paralisadas por falta de matérias-primas duas empresas têxteis com mais de 800 trabalhadores. Em conferência de imprensa efectuada na sede do respectivo Sindicato, representantes das Comissões de Trabalhadores e dirigentes sindicais acusaram a banca e departamentos governamentais de não solucionarem os casos das empresas «Fertex» e «Schiming», que foram abandonadas pelo patronato.

No caso da «Fertex», há mais de meio ano que a administração deixou de ir à empresa. Um dos administradores só depois de muito insistido se limita a assinar a documentação indispensável ao funcionamento da empresa. Desde há meses que membros da Comissão de Trabalhadores e dirigentes sindicais procuram que o Governo dê uma saída para o problema. As reuniões têm-se sucedido sem que seja encontrada uma solução. Entretanto, devido à indefinição do Governo, a banca recusa-se a conceder empréstimos para a aquisição de matérias-primas. Os trabalhadores não recebem metade dos salários referentes a Outubro e a totalidade dos vencimentos relativos a Novembro e Janeiro.

No que respeita à «Schiming», desde 1975 que o patrão não vem entre na empresa e o nosso País, limitando-se a delegar em procuradores. Devido ao corte de créditos por parte do BPA, a empresa deixou de funcionar desde o passado dia 3 de Janeiro. Entretanto, mais de 400 trabalhadores encontram-se sem os seus vencimentos referentes a vários meses, ainda não receberam o subsídio de Natal dos dois últimos anos e parte do subsídio de férias.

Apesar de ter sido reclamada a intervenção estatal em Setembro passado, os representantes dos trabalhadores e os dirigentes do

REACCIONÁRIOS TENTARAM BOICOTAR UMA SESSÃO DE APOIO À FRELIMO

Um grupo de cerca de duas dezenas de reaccionários que se apresentaram como retornados tentou boicotar a realização de

uma iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Moçambique comemorando a realização do III Congresso da Frelimo. Devido à falta de uma pronta e adequada intervenção das autoridades, aqueles indivíduos puderam atrasar o início da projecção do filme «Viva a Frelimo» e incendiar alguns cartazes alusivos à revolução moçambicana que se encontravam afixados no átrio do edifício do grupo de «Os Modestos», sito na rua Gonçalo Cristóvão, no Porto.

Entretanto, na sequência de uma diligência de dirigentes da Associação de Amizade Portugal-Moçambique e de dirigentes daquela colectividade portuense, o Comando da PSP fez deslocar para o local um piquete da polícia que, apenas com o seu aparecimento, foi suficiente para levar os reaccionários a desistir dos seus propósitos provocatórios e antidemocráticos. Cerca das 23 e 30 iniciou-se finalmente aquela jornada de solidariedade com o povo moçambicano e a sua vanguarda revolucionária.

Para a Campanha dos 50 mil contos CALENDÁRIO

Avante!

o jornal operário é a tribuna operária

Avante!

Venda nos Centros de Trabalho do Partido

Josef Czyrek em Lisboa RATIFICADO ACORDO CULTURAL ENTRE PORTUGAL E A POLÓNIA

Um acordo luso-polaco, que fomenta o intercâmbio de jornalistas, escritores, compositores, artistas, pintores e cineastas entre os dois países, foi ratificado em Lisboa pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português e pelo vice-ministro polaco das Relações Exteriores, camarada Josef Czyrek, que se deslocou recentemente ao nosso país à frente de uma delegação oficial da República Popular da Polónia composta pelo director do departamento político do Ministério das Relações Exteriores e pelo conselheiro do titular daquela pasta governamental.

A visita recíproca de professores de todos os graus de ensino, para participarem em congressos e conferências, bem como a troca de docu mentações e de informações sobre vários domínios da ciência e da cultura, a cooperação entre as instituições ou centros técnicos, científicos ou de investigação, além das visitas recíprocas de cientistas e investigadores — são outras das iniciativas de intercâmbio previstas no acordo luso-polaco, do qual se destaca ainda a decisão de criar cursos para o estudo da Língua, da Literatura e da História dos dois povos.

A assinatura do acordo com

Portugal, no âmbito do espírito de Helsínquia, e a cooperação cultural aí estabelecida, completam um dos objectivos que trouxeram a nossa delegação a Portugal» afirmou o camarada Josef Czyrek. Outros dos objectivos da sua visita ao nosso país passou pelo exame de diversos assuntos internacionais de interesse mútuo, analisados pela missão polaca e por uma delegação portuguesa liderada pelo secretário-geral do MNE.

No decorrer dos contactos estabelecidos durante a sua permanência em Portugal, o vice-ministro Czyrek recebeu do ministro português dos Negócios Estrangeiros um convite para que o seu homólogo da Polónia, camarada Emil Wojtaszek, visite oficialmente o nosso país.

O convite foi aceite, ficando por determinar a data da visita.

Durante a sua estadia em Lisboa, o camarada Josef Czyrek foi recebido pelo Primeiro-Ministro, pelo Presidente da Assembleia da República, pelo ministro da Comércio e Agricultura, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo secretário de Estado da Cultura.

Antes de abandonar o nosso país, aquele membro do Governo polaco sublinhou a sua satisfação por ter participado na cerimónia que assinala a entrada em vigor do referido acordo de cooperação cultural, que ao lado dos acordos políticos e económicos firmados, constitui a base jurídica para um amplo e rápido desenvolvimento das relações culturais entre os dois países.

COOPERAÇÃO ECONÓMICA PORTUGAL-RDA

Com o objectivo de analisar e intensificar as relações económicas e técnico-científicas entre a RDA e Portugal, vão realizar-se, de 14 a 18 do corrente, em Lisboa e no Porto, os «Dias Técnicos da República Democrática Alemã», iniciativa que conta com o patrocínio do Ministério da Indústria e Tecnologia.

Num ciclo de vinte conferências, onde estarão presentes especialistas de complexos industriais e técnicos de empresas daquele país socialista, serão apresentados os modernos produtos e métodos industriais da RDA referentes à construção de máquinas, nomeadamente máquinas-ferramentas e máquinas têxteis. Serão ainda abordadas questões relacionadas com técnica de frio e de refrigeração, equipamentos para salas de ordenha, alfaias

agrícolas, comércio de licenças, etc.

De salientar que as relações comerciais e a cooperação económica, comercial e técnico-científica entre a República Democrática Alemã e o nosso País se baseiam nos acordos a longo prazo assinados entre os Governos dos dois países em 25 de Janeiro de 1975 (o qual é válido até 21 de Dezembro de 1979) e em 29 de Junho último (este válido por 5 anos).

Segundo este plano de intercâmbio, prevê-se que a RDA exporte para Portugal instalações, máquinas e equipamentos, incluindo produtos de electrotécnica, máquinas agrícolas, máquinas de escritório, máquinas-ferramentas, motores Diesel, produtos da construção de aparelhos científicos, assim como da técnica de laboratórios e de medicina, da técnica da fotografia e de cinema, e ainda produtos fotoquímicos e de consumo, especialmente carne e manteiga.

A exportação portuguesa para a RDA abrange, especialmente, alguns produtos agrícolas (vinhos, frutos secos, fruta, polpa de tomate e conservas, entre outros), conservas de peixe, madeira e artigos de madeira, cortiça e artigos de cortiça, produtos químicos, produtos da indústria têxtil, metais e produtos da transformação de metais, e ainda produtos da construção de máquinas.

CONCURSO FOTOGRÁFICO

Um concurso de fotografia. Para todos os fotógrafos, profissionais ou amadores, comunistas ou não, desde que os distinga o serem progressistas e democratas, cuja obra se inspira nos ideais da luta pela paz, pelo desanuviamento, pelo progresso social.

Esta iniciativa que o «Avante!» divulga hoje, iniciativa tomada pela redacção da revista Problemas da Paz e do Socialismo em conjunto com a Organização Internacional dos Jornalistas — OIJ.

Um tema de vastas implicações é proposto: «Pela Paz, pelo Desanuviamento, pelo Progresso Social». Os mais diversos aspectos dessa luta de grande envergadura, o seu heroísmo quotidiano e o seu carácter humanitário encontrarão reflexos nos trabalhos enviados ao concurso. O trabalho criador e pacífico nos países do socialismo verdadeiro, o seu peso na luta pela paz, e o desenvolvimento progressista do mundo contemporâneo; a luta dos trabalhadores dos países não socialistas pela libertação nacional e social, pelos direitos e liberdades democráticas, a luta contra todas as formas de discriminação e de opressão encontrarão no tema proposto a possibilidade de se exprimir através das fotografias que de todo o mundo vão ser enviadas para este grandioso concurso. Os fotógrafos portugueses não deixarão de corresponder com os seus trabalhos que poderão enviar até 10 de Outubro do ano em curso, para a Revista Problemas da Paz e do Socialismo, Thakurova, 3, Praça 6, Checoslováquia. No sobcrito acrescentar-se: Concurso de Fotografia «Pela Paz, pelo Desanuviamento, pelo Progresso Social».

Um júri especial, composto por representantes da Revista, da OIJ e por fotógrafos conhecidos, foi instituído para seleccionar os premiados.

Os melhores trabalhos serão reproduzidos durante 1977 nas revistas «Problemas da Paz e do Socialismo» e em «Jornalista Democrático».

Três prémios principais irão distinguir os melhores trabalhos. Serão assim atribuídos, aos três melhores, prémios no valor respectivo de 6000, 4000 e 2000 coroas checoslovacas, que poderão ser recebidos ou na moeda daquele país ou em presentes do mesmo valor. Outros prémios e diplomas serão atribuídos.

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

ESTATUTOS DO PCP

Approvados no VII Congresso em 11-14-11-76

Avante!

O Partido Comunista Português baseia a sua actividade na doutrina do marxismo-leninismo. Educa os seus membros no espírito da fidelidade sem limites à causa da classe operária e do povo, ao internacionalismo proletário, à defesa dos interesses nacionais, à amizade e solidariedade para com os povos ainda submetidos ao jugo colonial, à amizade e solidariedade entre os trabalhadores e os povos de todos os países, à unidade do movimento comunista internacional.

À venda nos Centros de Trabalho do PCP e nas boas livrarias

edições Avante! CDL a distribuição

INICIATIVAS CULTURAIS DA «PORTUGAL-URSS»

Está patente ao público no Clube Artístico e Comercial de Torres Vedras uma exposição subordinada ao tema «As Mulheres da Ucrânia Soviética». Este certame, que tem vindo a registar a afluência de largas centenas de pessoas, foi organizado pelo Conselho Distrital de Lisboa da Associação de Amizade Portugal-URSS, em colaboração com o Conselho Local de Torres Vedras da mesma Associação.

Entretanto, na passada semana, foi projectado na sede da Associação o filme «Estrela da Felicidade», uma obra baseada na revolta de parte da nobreza russa contra o czar em 1820.

ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro

Soeiro Pereira Gomes

Na mesma colecção: Engrenagem — Refúgio Perdido e outros contos

Assembleia de Célula da Lisnave

ORGANIZAR PARA VENCER!

Reuniu-se no domingo passado a Assembleia de Célula da Lisnave. Em Almada, o melhor, na Cova da Piedade, no amplo pavilhão da Romeira onde muitas actividades dos comunistas do conchelo costumam ser levadas a efeito, muitas centenas de membros da célula encontraram-se logo pela manhã. E não eram só os membros da célula, mas também militantes convidados de outras empresas e organizações, e convidados, que não eram membros do Partido, da Lisnave.

O ambiente era de trabalho. Mas era também de convívio. Assim estava prevista uma ordem de trabalhos com dois pontos, e a seguir ao encerramento dos trabalhos da Assembleia haveria Canto Livre, variedades e baile.

Iniciada a Assembleia, a que presidia o Secretariado que cessava funções, encontravam-se na mesa os elementos desse Secretariado e ainda o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, o camarada Cavaco, membro da DORS e o camarada Hugo Ferraz, da Comissão Concelhia de Almada.

A ordem de trabalhos dividia-se, como dissemos, em dois pontos. O primeiro que tratava da análise do Relatório de actividades, apresentado pelo Secretariado e depois a eleição de novo Secretariado de Célula.

No primeiro ponto vários aspectos foram focados, tendo sido lidos trabalhos pelos camaradas Fernando Parreira, Arnaldo Geraldo, Jaime Freitas, Paulino dos Santos e Soeiro de Almeida.

Foi salientado nas palavras do camarada Parreira o trabalho que os comunistas têm levado a cabo lado a lado com outros trabalhadores na organização da classe operária na empresa. A dado passo referiu o camarada: **Não há sector nenhum da Lisnave onde o nosso Partido não procure chegar de modo a que a orientação do nosso Partido esteja presente na organização dos trabalhadores a nível da empresa onde trabalhamos.**

Aspectos, entre outros, das tentativas de recuperação capitalista na Lisnave, foram objecto do trabalho apresentado pelo camarada Geraldo, que afirmou:

Do seu posto em Inglaterra, apoiado por todo o peso do imperialismo lanque e da tal «Europa connosco», o senhor José Manuel de Mello manobra, intriga, conspira, alicia aliados no sentido de se tornar o senhor sem o qual a Lisnave não poderia ter viabilidade. Inventava encomendas só por si conhecidas, impõe revisões e contratos tão importantes como o do Bahrein.

E ainda: **O que os trabalhadores exigem como ponto fundamental para o relançamento da Lisnave é a nacionalização da empresa! É o borda-fora para os Mellos, é a nacionalização das suas acções na Lisnave. Então sim! Então, com o capital português nacionalizado, aí o Estado ficará maioritário. Aí os trabalhadores terão facilitada a sua tarefa de relançar a Lisnave, pondo-a finalmente a produzir segundo os interesses do povo português.**

O camarada Jaime Freitas, analisando o que se tem feito e as perspectivas futuras em matéria de organização e de angariação de fundos, abordou as tarefas necessárias para que também os trabalhadores da Lisnave possam participar fortemente na Campanha Nacional de Fundos. E referiu: **Compete à nossa célula**

contribuir com 450 contos, divididos por duas grandes iniciativas: a 1.ª é arranjar 200 camaradas que contribuam para o Partido com a importância de mil escudos divididos em três prestações. A segunda é arranjar 250 contos na campanha de 1 dia de salário, devendo esta alargar-se a todos os trabalhadores da empresa.

A informação e a Propaganda, o trabalho desenvolvido pela célula nessa ampla frente de actividade foi o tema desenvolvido pelo camarada Paulino dos Santos. Destacou a dado passo a **fraca difusão do «Avante!», pois na empresa vende-se apenas 750 jornais.** E sublinhou: **É necessário fazer sair regularmente os comunicados do Partido sobre a situação na empresa, melhorar consideravelmente a venda dos materiais do Partido.**

O trabalho apresentado pelo camarada Soeiro de Almeida sobre a **Situação e Perspectivas da Indústria Naval em Portugal**, traçou um amplo quadro em que foram referidas as implicações nacionais e internacionais deste ramo da indústria, tema que o «Avante!» tratou em entrevista publicada há duas semanas com camaradas responsáveis da célula da Lisnave. Vale a pena referir a última parte desse trabalho, em que o camarada Soeiro diz:

Seja por onde for que agarramos qualquer dos problemas graves da Lisnave e mesmo do sector esbarramos sempre nos Mellos ou seus homens de confiança. Concluímos que para que possamos avançar e pôr este sector da indústria ao serviço do nosso povo é necessário correr de vez com essas sanguessugas exploradoras e retirar-lhes todo o poder de manobra e intervenção. Esta é uma luta política de alto valor e muito difícil, que temos de travar e vencer para que possamos caminhar como queremos abertamente rumo ao socialismo.

O camarada Jaime Serra falou também aos camaradas traçando os aspectos gerais da situação política em que vivemos e lutamos, saudando a Assembleia e referindo-se à influência dos comunistas na

empresa. Sublinhou a necessidade de melhor estudar o problema do «esquerdismo», melhorar a luta nesse e noutros campos, reforçar os aspectos que se prendem com a política de unidade dos comunistas, sobretudo com os trabalhadores socialistas.

Da parte da tarde, o segundo ponto da ordem de trabalhos foi ocupado com a eleição do Secretariado, alargado a mais de três dezenas de membros. Eleito por unanimidade e aclamação, este Secretariado é composto por maioria de operários, a média

etária é de 30 anos. Trata-se de um organismo de direcção jovem, composto por camaradas que deram as suas provas, tanto no trabalho do anterior Secretariado, como noutros sectores de actividade. Duas mulheres fazem parte dele, facto que foi salientado e mereceu considerações sobre a luta das mulheres, o seu papel na revolução e na pouca influência que ainda têm e em tarefas de responsabilidade.

O camarada Armando Ferrão, o único membro do Secretariado anterior que não faz parte do agora eleito,

explicou aos camaradas as novas responsabilidades que tem em mãos, pois fora eleito para a Junta de Freguesia onde mora, como candidato da FEPU.

No final dos trabalhos, cantou-se a Internacional da Portuguesa e o Avante, Camarada. Punhos erguidos de confiança nas novas batalhas que estão para vir.

Depois veio o Canto Livre, o alegre convívio, o entusiasmo novo dos camaradas. Participaram artistas de Almada e de outros pontos do país.

INTENSIFICA-SE A COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A URSS

As exportações portuguesas para a União Soviética têm vindo a registar grandes aumentos desde o estabelecimento de relações entre os dois países. Segundo revelam estatísticas divulgadas por organismos oficiais, os últimos dados conhecidos mostram que em 1975 se multiplicou por 10 o aumento registado relativamente a 1974; em 1976 a taxa sobe em 30,7 por cento, representando um acréscimo na ordem dos 1.139.650 contos. De salientar que estes aumentos são acompanhados de uma significativa redução do défice no comércio com a URSS. Em 1975 as trocas comerciais com este país socialista acusavam um saldo negativo para Portugal de 1556 mil contos. Em 1976, já era reduzido para 947.148 contos.

A par do aumento das exportações portuguesas e da redução do défice comercial, tem-se também vindo a registar uma significativa melhoria da taxa de cobertura das importações portuguesas provenientes da URSS. De acordo com as estatísticas oficiais, esta taxa era em 1975 de 20 por cento. No ano seguinte, evoluiu para cerca de 61 por cento, o que já adquire um significado muito positivo, pois o conjunto do nosso comércio externo regista, em média, taxas de cobertura das importações pelas exportações que raramente ultrapassam os 50 por cento.

Segundo um acordo recentemente assinado em Moscovo, uma empresa portuguesa (do Barreiro), fornecerá à União Soviética 700 contentores, o que representa para o nosso País a entrada de divisas na ordem dos 43 milhões de escudos. Esta encomenda deverá ser entregue entre Junho e 31 de Dezembro deste ano.

De salientar que a construção económica e das trocas comerciais estabelecidas entre o nosso País e a União Soviética no decorrer de 1976 assenta no facto de a concentração das exportações soviéticas para Portugal se ter feito num reduzido número de produtos — 88 por cento para petróleo, 3 por cento para peixe congelado, 3 por cento para algodão e os restantes 2 por cento para produtos como aparite, amianto, zinco e capedeiras — enquanto que as exportações portuguesas apresentaram uma maior gama de produtos, nomeadamente produtos tradicionais como o vinho (diversas qualidades) concentrado de tomate, calçado, têxteis e confecções.

A introdução de produtos industrializados nas exportações portuguesas para a URSS, tais como motores, bombas, ventiladores, matrizes para computadores, moldes para a indústria de plásticos, etc., leva a considerar que se abrem excelentes perspectivas para Portugal nos domínios do intercâmbio comercial com aquele país socialista. De destacar ainda o crescente recurso por parte da União Soviética aos estaleiros navais portugueses e à nossa indústria de metalurgia e metalomecânica.

Além da ponte rolante, a encomenda compreende ainda a construção de dois porticos (no valor de 100 mil contos), cada um com capacidade de 320 toneladas de elevação. Actualmente, o nosso comércio com a URSS ocupa o 6.º lugar entre os maiores clientes de produtos portugueses e o 11.º lugar na lista dos nossos maiores fornecedores.

Entretanto, seguiu na passada semana para a URSS a bordo do navio soviético «Anton Gubarev» uma ponte rolante no valor de 25 mil contos e cuja capacidade de elevação é de 250 toneladas, que foi encomendada por aquele país socialista à MAGUE. De acordo com o que informou um representante desta empresa portuguesa, «trata-se da primeira exportação feita pela MAGUE para a URSS no âmbito de um contrato firmado em Agosto de 1975, no valor total de 125 mil contos, e que surgiu na sequência da política de conquista de novos mercados que temos desenvolvido desde o 25 de Abril».

De salientar que a construção

DA MAGUE PARA A URSS

Entretanto, seguiu na passada semana para a URSS a bordo do navio soviético «Anton Gubarev» uma ponte rolante no valor de 25 mil contos e cuja capacidade de elevação é de 250 toneladas, que foi encomendada por aquele país socialista à MAGUE. De acordo com o que informou um representante desta empresa portuguesa, «trata-se da primeira exportação feita pela MAGUE para a URSS no âmbito de um contrato firmado em Agosto de 1975, no valor total de 125 mil contos, e que surgiu na sequência da política de conquista de novos mercados que temos desenvolvido desde o 25 de Abril».

Além da ponte rolante, a encomenda compreende ainda a construção de dois porticos (no valor de 100 mil contos), cada um com capacidade de 320 toneladas de elevação. Actualmente, o nosso comércio com a URSS ocupa o 6.º lugar entre os maiores clientes de produtos portugueses e o 11.º lugar na lista dos nossos maiores fornecedores.



Sob o lema da unidade, em Abril O PRIMEIRO CONGRESSO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Nos dias 5 e 6 de Fevereiro, teve lugar uma importante reunião da Comissão Central da União da Juventude Comunista, alargada às Comissões Distritais e a camaradas de secretariados de grandes sectores e empresas. Participaram nos trabalhos 102 camaradas. A Comissão Central analisou a situação política, discutiu e aprofundou as frentes de trabalho da juventude trabalhadora nas empresas e nos sindicatos, nas escolas, no movimento unitário e nas colectividades. O debate decorreu cheio de entusiasmo e viva participação dos camaradas. Após a apreciação da situação e do desenvolvimento da luta da Juventude Trabalhadora a Comissão Central, em sessão alargada, decidiu marcar para o próximo mês de Abril, o Primeiro Congresso da União da Juventude Comunista.

AUMENTAM OS PERIGOS PARA A DEMOCRACIA COM O AGRAVAMENTO DA CRISE

A ofensiva da reacção e do fascismo contra a democracia e as conquistas da Revolução conhece nova escalada. A política de cedências e alianças do PS com os partidos da direita tem nisto pesadas responsabilidades. O Governo continua a demonstrar incapacidade para resolver a grave crise económica e financeira que o país atravessa. A sua acção é um suporte às ofensivas do patronato contra as empresas nacionalizadas.

Dá cobertura legal à ofensiva dos agrários e da CAP contra a Reforma Agrária, tenta levar por diante o plano de destruição das UCP's, apoiando-se em forças policiais, fomentando os direitos de reserva e as desanexações, cortando o crédito de emergência. Na sua ofensiva contra as UCP's o Governo comete um monstruoso atentado contra a economia nacional, provocando uma quebra na produção e o aumento do desemprego.

O aumento generalizado dos preços e o congelamento da contratação piora, dia a dia, as condições de vida de milhões de portugueses, homens, mulheres e jovens.

Aparecem e são legalizados partidos e organizações fascistas, como o PAP e o MIRN, continua a libertação dos psiquis, proliferam os psiquis reaccionários e fascistas. Entretanto, a par da crescente dependência ao imperialismo, no plano económico e financeiro, estreitam-se cada vez mais os laços com os meios mais agressivos e imperialistas do bloco da NATO, caminho que inevitavelmente põe em causa a soberania e a independência nacional.

A política antioperária e antipovo do Governo do PS põe em perigo as conquistas democráticas da nossa Revolução. Porém a democracia tem força para se defender e prosseguir. Os que querem o regresso ao 24 de Abril, encontram pela frente a classe operária fortemente organizada no poderoso movimento sindical unitário cujo Congresso realizado nos últimos dias de Janeiro foi uma viva demonstração; encontram pela frente homens, mulheres e jovens confiantes e decididos a lutar, pela defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução; encontram pela frente sectores diferenciados e camadas da população que mais do que nunca sentem a necessidade da unidade; encontram pela frente os militares, soldados e oficiais impregnados do espírito do 25 de Abril e que sentem a necessidade profunda de estreitamento dos laços com o povo, as massas populares e a juventude.

A unidade entre as forças democráticas e progressistas é uma necessidade histórica da democracia e da Revolução Portuguesa. **QUE FUTURO COM A POLÍTICA DO GOVERNO PS?** A política do Governo para além de ser antioperária e antipovo é também antijvenil. O programa do

Governo começou por não fazer qualquer referência concreta aos interesses e aspirações da juventude trabalhadora. A sua prática demonstra igualmente dia a dia. Os jovens trabalhadores, duramente atingidos pelo desemprego, sofrem o agravamento das discriminações económicas, sociais e culturais, vêem piorar as suas condições de vida, sentem pesadamente os efeitos da ofensiva reaccionária no ensino e na cultura.

1 — Fioram as condições de vida e de trabalho da juventude trabalhadora. Aumenta o desemprego. Segundo declarações oficiais, existem no nosso País 500.700 desempregados, dos quais mais de 200.000 procuram emprego pela primeira vez. Calcula-se que pelo menos mais de 300.000 jovens estão desempregados. A lei dos despedimentos veio manter ou agravar ainda mais esta situação.

No que respeita às discriminações o Governo ora as ignora, ora as legaliza. O princípio de «trabalho igual, salário igual» continua a ser letra morta na Constituição. O salário mínimo é estabelecido a partir dos 20 anos. Os jovens trabalhadores que já conquistaram o direito de voto aos 18 anos exigem o salário mínimo a partir da mesma idade, exigem a aplicação do princípio de «trabalho igual salário igual» em todos os sectores e empresas.

Os aumentos dos preços, da alimentação, dos transportes, etc. causam problemas particularmente graves a os jovens trabalhadores e aos jovens casais. A juventude trabalhadora exige que sejam tomadas medidas concretas que resolvam as principais reivindicações e conclusões dos seus Encontros e Assembleias.

2 — Quanto aos trabalhadores-estudantes o Governo continua a ignorar a sua existência, esquece que mais de 100 mil trabalhadores, na sua maioria jovens, estudam com muito sacrifício depois da jornada de trabalho. Após a ofensiva geral do MEIC sobre as conquistas dos trabalhadores-estudantes no campo da gestão democrática das escolas, do movimento associativo, do conteúdo progressista das matérias e métodos pedagógicos, o ministro Cardia toma agora medidas que prendem na prática afastar os trabalhadores-estudantes dos estudos.

São exemplos recentes o restabelecimento do regime da perda de ano por faltas, a proposta de um único tipo de exames (ignorando-se as matérias ensinadas em cada escola), a proibição dos trabalhadores-estudantes saírem da escola quando têm furos.

O trabalhadores-estudantes exigem que cessem as medidas reaccionárias do MEIC, que as suas estruturas unitárias e representativas sejam ouvidas pelo Governo, sempre que se trate da resolução dos seus problemas. Os trabalhadores-estudantes querem continuar a estudar e desta forma contribuir para a construção de um novo Portugal democrático.

3. Também na ocupação dos tempos livres, do desporto e da cultura o Governo prossegue uma política antijvenil. No campo do desporto, depois de ter afastado dezenas de técnicos, profissionalmente competentes e dedicados, depois de fazer tábua rasa do estudo e do trabalho efectuado pela anterior Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, que possibilitou a prática desportiva a dezenas e dezenas de milhares de jovens e crianças, aprovam agora o lançamento de subsídios que privilegiam o desporto federado de elite e relega para segundo plano os sectores e modalidades promissoras do desporto de massas.

Exemplo disso os 28.500 contos de subsídio atribuídos a 26 federações com 100.000 praticantes e 33.000 contos para o desporto escolar, com um número potencial de 130.000 praticantes. No campo da actividade cultural e recreativa, não

existe uma política que a ponto para o desenvolvimento da capacidade criadora e imaginativa da juventude.

O actual FAOJ saneia dezenas de técnicos portugueses competentes e homens honestos e contrata estrangeiros, do Conselho da Europa, prossegue uma política partidária, dirigista, inimiga da juventude. Recolhem-se publicações juvenis que falam de teatro, cinema, literatura, jornalismo, etc. e são substituídos por cadernos sobre o Conselho da Europa que nada têm com os interesses imediatos da juventude. Concedem-se subsídios sem definição de princípios, obedecem-se a critérios partidários, visa-se na prática controlar as associações juvenis.

Com esta política, os jovens trabalhadores são afastados da prática desportiva e cultural, exigindo que a DGD e FAOJ tomem medidas que vão ao encontro dos seus legítimos interesses e aspirações.

CRESCEM AS ACÇÕES E SENTIMENTOS UNITÁRIOS

Só a juventude trabalhadora unida e organizada nas empresas e nos sindicatos, nas escolas e nas colectividades, pode lutar pelos seus direitos, interesses imediatos e profundas aspirações.

Encontros Regionais e Distritais e um exemplo vivo e rico de como a juventude trabalhadora deve lutar, organizada e unida, animada de confiança, certa de que a sua luta contribui para fazer frente à política de direita do Governo PS, à ofensiva das forças da reacção.

As conclusões aprovadas nos Encontros são objectivos de luta da juventude trabalhadora. Divulgar nas empresas e nos sindicatos as suas conclusões, lutar pela sua aplicação prática, são tarefas de todos os jovens trabalhadores. As comissões de juventude das empresas e dos sindicatos, das associações das escolas nocturnas, têm grandes tarefas pela frente. Ganhar amplas massas juvenis para a luta é condição de êxito e de vitórias.

A realização destes Encontros é também um valioso contributo para o êxito do Congresso de Todos os Sindicatos. A participação entusiástica dos jovens trabalhadores na preparação do Congresso é merecedora de confiança.

A União da Juventude Comunista, convicta de que interpreta os interesses e aspirações da juventude trabalhadora, saúda com carinho todos os participantes no Congresso de Todos os Sindicatos, saúda a heróica Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, na plena certeza de que saberá merecer a confiança da juventude e de todos os trabalhadores portugueses.

2. A hora é de unidade. A União da Juventude Comunista apela para que todos os jovens trabalhadores se unam na luta organizada pela defesa dos seus interesses, pela defesa das conquistas democráticas, por um amanhã de paz e progresso, por um amanhã feliz para a juventude e o povo português.

Só a mais ampla unidade da juventude trabalhadora e em particular dos jovens socialistas e comunistas fará frente com êxito à política antijvenil do Governo e à ofensiva das forças reaccionárias.

O Congresso que vamos realizar no próximo mês de Abril será um contributo para a unidade e a luta da juventude trabalhadora.

A União da Juventude Comunista está confiante de que a juventude portuguesa saberá encontrar resposta para os seus problemas, saberá encontrar a unidade necessária, saberá lutar pela defesa dos seus direitos e interesses específicos, saberá lutar por um Portugal democrático, próspero, independente e feliz.

Lisboa, 7 de Fevereiro de 1977

A Comissão Central da União da Juventude Comunista

Os pides continuam a sair

AS PALAVRAS QUE OUVIMOS E OS ACTOS QUE ESPERAMOS

Cada vez mais os portugueses se convencem que das palavras aos actos vai uma grande distância. Ou pode ir uma grande distância. Que às vezes significa curvas perigosas.

Isto a propósito das declarações de intenção da parte dos responsáveis de sectores do poder, intenções que aplaudimos, palavras que muitas vezes merecem o acordo dos democratas porque vêm ao encontro dos objectivos e das necessidades e das aspirações não só do povo português como da própria democracia e das liberdades que cumpre a todos defender.

Isto a propósito da desconfiança que se vai instalando junto das massas populares, quase nunca, medidas conformes.

Isto a propósito das mais recentes e dramáticas declarações do primeiro-

-ministro sobre os perigos do fascismo. Isto a propósito de, para não mencionar outra graves ocorrências que vêm sistematicamente pondo em perigo as conquistas da revolução, continuarem a ser postos em liberdade os perigosos inimigos das liberdades: os pides.

Desde os primeiros julgamentos dos criminosos agentes do fascismo que o «Avante!» publica com certa regularidade, o movimento de saída a que tem correspondido, salvo raras mas não significativas excepções, os julgamentos em que se tem «condenado» os pides a penas expiadas e absolvido, se não mesmo elogiado, os serviços daqueles fascistas, ao mesmo tempo que os defensores destes declaram a sua fidelidade ao regime de Salazar e Caetano, no que bastas vezes estão de acordo com os próprios juizes.

O movimento de saída não para. A lei 1/77 não veio modificar substancialmente a atitude dos tribunais. A publicação das saídas, que hoje continuamos, arrisca tornar-se uma secção permanente até ao último pido. Se das declarações de intenção, os órgãos de poder não passarem aos actos. Actos de defesa da Revolução de Abril, que o povo exige.

E cá vão os resultados de duas semanas de trabalho nos tribunais em que já ninguém acredita; e que «julgaram» os seguintes indivíduos:

António dos Reis Barata, agente de 1.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; Francisco José Alves Rodrigues Almeida, agente de 2.ª, condenado a 12 meses de prisão, já expiada; Francisco Mário Rodrigues Farinha, bufo há 22 anos, condenado a 2 anos e 7 meses de prisão (só faltam 8 meses); Francisco dos Santos Pata, agente de 2.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; Vítor dos Santos Dias, chefe de brigada, condenado a 30 meses de prisão (24 expiados + 6 perdoados + interpostos recursos); José Claras Vargas, agente de 2.ª, suspenso o julgamento;

António José Costa Pereira, agente de 2.ª classe, condenado a 13 meses de prisão, já expiada; Délio Gomes Viana, agente de 2.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; Miguel Andrade da Costa, agente de 1.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; José Helder Marques, agente de 2.ª, condenado

para. A lei 1/77 não veio modificar substancialmente a atitude dos tribunais. A publicação das saídas, que hoje continuamos, arrisca tornar-se uma secção permanente até ao último pido.

Se das declarações de intenção, os órgãos de poder não passarem aos actos. Actos de defesa da Revolução de Abril, que o povo exige. E cá vão os resultados de duas semanas de trabalho nos tribunais em que já ninguém acredita; e que «julgaram» os seguintes indivíduos:

António dos Reis Barata, agente de 1.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; Francisco José Alves Rodrigues Almeida, agente de 2.ª, condenado a 12 meses de prisão, já expiada; Francisco Mário Rodrigues Farinha, bufo há 22 anos, condenado a 2 anos e 7 meses de prisão (só faltam 8 meses); Francisco dos Santos Pata, agente de 2.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; Vítor dos Santos Dias, chefe de brigada, condenado a 30 meses de prisão (24 expiados + 6 perdoados + interpostos recursos); José Claras Vargas, agente de 2.ª, suspenso o julgamento;

António José Costa Pereira, agente de 2.ª classe, condenado a 13 meses de prisão, já expiada; Délio Gomes Viana, agente de 2.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; Miguel Andrade da Costa, agente de 1.ª, condenado a 14 meses de prisão, já expiada; José Helder Marques, agente de 2.ª, condenado

HÁ OITO ANOS O COLONIALISMO ASSASSINOU EDUARDO MONDLANE

Como dizia o camarada Mondlane, o problema que se coloca aos povos oprimidos pelos regimes colonialistas não é o de viver ou morrer, mas sim o de viver livre ou escravizado. E o povo de Moçambique — guiado pela sua vanguarda revolucionária, a FRELIMO — preferiu lutar por uma vida livre, seguindo assim o exemplo de Eduardo Mondlane.

HOMENAGEM NO BARREIRO

Entretanto por iniciativa da Associação de Amizade Portugal-Moçambique, decorreu na passada semana, na sala de cinema do Sindicato dos Ferroviários do Barreiro uma sessão pública de homenagem à memória de Eduardo Mondlane. A figura heróica deste militante revolucionário seria evocada por diversos oradores durante um debate onde participaram, além de vários elementos da assistência,

o presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Helder Madeira, e dois dirigentes da Associação Portugal-Moçambique, Silva Graça e Pedro Borges.

A sessão, terminaria com a projecção do filme «Do Rovuma ao Maputo».

Em 3 de Fevereiro de 1969, o regime fascista português assassinou um grande dirigente africano, um militante revolucionário que dedicou a sua vida à luta contra a opressão colonialista, um homem que é o símbolo da unidade do povo irmão de Moçambique — o camarada Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO. Eduardo Mondlane era natural de Gaza e teria hoje 57 anos. Professor de Sociologia e alto funcionário das Nações Unidas, este dirigente africano, abandona a sua carreira para se dedicar à luta de libertação travada pelo povo moçambicano. O interesse do colonialismo português em liquidar Eduardo Mondlane resultava de ter

sido ele quem conseguiu estabelecer a unidade entre os principais movimentos de libertação moçambicanos, cuja divisão era o principal factor de sucesso do inimigo. A criação da FRELIMO, em 1962, agrupando três organizações nacionalistas, constituiu um marco decisivo na acção contra o colonialismo. Foi ainda sob a direcção de Mondlane que se desencadeou, em 25 de Setembro de 1964, a luta armada pela libertação de Moçambique. No segundo Congresso da FRELIMO, realizado já numa zona libertada do Norte do País, em 1968, é eleito presidente. Um ano mais tarde, em Fevereiro, o camarada Eduardo Mondlane morre em resultado dos ferimentos recebidos quando, ao abrir uma encomenda postal, fez deflagrar a bomba que nela se ocultava. O atentado — repudiado por todas as forças progressistas do mundo — foi planeado pela PIDE, em colaboração com elementos infiltrados na FRELIMO.

II FESTIVAL DE CANTO LIVRE

Organizado pela Comissão Concelhia de Almada da União da Juventude Comunista (UJC) realiza-se no próximo dia 26 deste mês, pelas 15 e 30, na sala da Academia Almadaense, o II Festival Amador de Canto Livre.

As composições que se destinem a ser apresentadas no Festival deverão ser enviadas até ao dia 23 para os Centros de Trabalho do PCP ou da UJC mencionando que se destinam ao II Festival Amador de Canto Livre.

QUE FUTURO COM A POLÍTICA DO GOVERNO PS? A política do Governo para além de ser antioperária e antipovo é também antijvenil. O programa do

EM SANTA SUSANA FOI ASSIM

Nos passados dias 1 e 2 de Fevereiro, a aldeia de Santa Susana foi terra ocupada. Forças da GNR, num total de mais de 100 efectivos, em jeeps e a cavalo, na manhã do dia 1 atravessaram a aldeia e ocuparam várias herdades da UCP «Rainha do Sul» que conta com 18 herdades num total de mais de 6875 hectares. Os trabalhadores foram expulsos das terras, obrigados a abandonar os trabalhos, máquinas, e malgas, pão e merendas (na herdade do Grou a invasão da GNR deu-se pelo meio-dia quando os trabalhadores estavam a jantar) ficaram por terra, galgados pelos cavalos brancos da GNR. Na fuga desordenada, homens, mulheres e crianças, saltaram para a ribeira que passa nas terras e aí foram espezinhados. Sangue tingiu as águas lamacentas. Mulheres em pânico desmaiaram na fuga. Nos corpos dos trabalhadores, ficaram marcas.

Na quarta-feira, dia 2, a investida foi ainda mais brutal. Um punhado de trabalhadores, homens e mulheres que se encontravam junto à igreja da aldeia foram postos em fuga, perseguidos e espancados. Vibrando, ficou o protesto de uma trabalhadora: «A igreja é do povo! Somos nós que a azeamos a calamos!»

Quando na quarta-feira à tarde, dia 2, subimos a ladeira que conduz à herdade da «Capitosa», parte da qual dada de reserva ao reideiro da CAP e do CDS, Francisco Alves, num golpe demolidor vibrado pelo MAP à UCP «Rainha do Sul», cerca de trinta GNR, no monte, aguardavam em semicírculo, armas ao ombro, os intrusos. Na tarde de inverno, o silêncio apenas era quebrado pelos nossos passos. Por detrás dos guardas, escritas durante a noite de terça para quarta-feira, em plena desocupação da herdade, três inscrições vermelhas sobressaíam no muro branco da casa do monte como um grito da resistência inquebrantável dos trabalhadores: «Viva a Reforma Agrária! A vitória será nossa!», «Fora com os Agrários e os Lacaio!» O Francisco Alves é da CAP!

O tenente da GNR depois de ter interpellado vivamente um fotógrafo de outro órgão de informação, «Bem vi o senhor tirar fotografias a um jeep na estrada! Só não lhe tiro o rolo porque não estou para me incomodar, mas o senhor não publica essa foto, está a ouvir? E de resto aqui mando eu e digo-lhe que não pode tirar nenhuma fotografia!», recusou identificar-se ou prestar informações, remetendo os jornalistas para o Comando Geral da GNR em Lisboa. Quanto ao reideiro que recebeu a reserva, pálido e quicando-se de que anda «fora de nervos e irritado», afirmou que dele «não levariam», recusando-se igualmente a dizer o nome, após o que desapareceu no interior da casa do monte.

Esta avareza de palavras, seria contrabalançada pela loquacidade dos trabalhadores que, na aldeia, junto à escola, se encontravam reunidos. Os testemunhos que publicamos noutra local dão bem imagem do que sucedeu.

E do que sucedeu são principais responsáveis o MAP e o Centro Regional da Reforma Agrária que, para fazerem cumprir a sua política legal, têm como único recurso a violência. Violência para beneficiar agrários, violência dirigida contra os trabalhadores e, contra todo o Povo português pelos efeitos de uma acção desestabilizadora sob o ponto de vista social e económico.

No caso presente o escândalo desta concessão de reserva brada aos céus: não é respeitado o princípio de salvaguarda da viabilidade económica da UCP de maneira flagrante; o reideiro explora outras herdades em sociedade com a família e portanto tem outros e bem vastos recursos de vida; as terras da reserva agora concedida ao agrário serão beneficiadas, mais ou menos dentro de três anos, pela Barragem de Vigla. Só este último facto impediria a concessão de tal reserva. Perante isto os trabalhadores interrogam sem que o CRRA ou o MAP se dignem responder:

«Caberá aqui recordar a política hidro-agrícola do antigo regime fascista: investimentos de fundos públicos canalizados para o interesse privado. Obra da Vigla é um investimento público; é a colectividade que compete colher o benefício deste investimento. O Governo certamente irá expropriar, dentro do espírito do Decreto-Lei n.º 407-A/75, as áreas beneficiadas. Privadas. Se assim for feito qual a lógica da actual entrega de reserva?»

Quanto à viabilidade económica da UCP, o irmão do agrário,

António Joaquim Alves, o «Vaca» responderia colericamente a uma nossa questão, salientando que «os trabalhadores são uns alarabões! Como é que tirar-lhes uma terra com alguns hectares, pode prejudicá-los se eles têm 12 mil?». Na verdade quem faltou à verdade foi este reideiro-agrário porque a UCP «Rainha do Sul» tem cerca de 6800 hectares. E se é certo que a «Capitosa» tem apenas cerca de 415 hectares, trata-se da melhor terra da cooperativa: solos de barro, com uma boa aptidão agrícola. De tal modo que embora a herdade da Capitosa represente 6% da área total da UCP, a nível das manchas mais produtivas representa cerca de 17%. Na UCP, num total de 470 hectares de solos A e A+B, 75 hectares estão incluídos na herdade da Capitosa. Estes dados resultam de um estudo técnico que o CRRA pode confirmar, o que, como é evidente, não está interessado em fazer. Em resposta a uma pergunta nossa, o técnico do CRRA, que igualmente recusou identificar-se, diria que «se fossem a fazer os estudos sobre a questão da viabilidade económica posta em causa pelas reservas nunca mais acabavam!» No entanto, por determinação recante do CRRA, os trabalhadores têm de fazer estes estudos em três dias apenas como um mero pró-forma pois os resultados jamais foram tidos em conta pelo MAP e seus organismos.

Os resultados obtidos pela exploração da herdade nas mãos dos trabalhadores confirmam a riqueza das terras agora entregues em mãos privadas de um indivíduo que é destacado elemento da CAP e do CDS... Assim, «importa salientar que do estudo feito, para um resultado final global obtido em 75/76 de cerca de 4016 contos, só a herdade da «Capitosa» contribuiu com um valor aproximado de 1785 contos, o que representa 44%! Para um rendimento agrícola e pecuário global de cerca de 600500 encontramos na herdade um valor de 430000/ha. Este valor subirá extraordinariamente quando estiverem concluídas as obras de construção da Barragem da Vigla, pois do cerca de 200 hectares da UCP que serão beneficiados, a maior parte situa-se na herdade da «Capitosa».

Aproveitando as potencialidades da herdade da «Capitosa», os trabalhadores cultivaram, e mais se propunham cultivar na Primavera, uma área superior à semeada em 75/76. Neste momento, encontram-se já semeadas na herdade, 120 ha de trigo, 40 ha de aveia e 8 de cevada branca, prevenido-se a sementeira de cerca de 20 hectares de cevada distíca, e para a Primavera, a sementeira de 30 ha de cartamo e 30 ha de grão em revestimento de alqueive.

Por outro lado, como afirmaram, por escrito, os trabalhadores ao director do CRRA de Évora, «a localização da herdade, isolada no meio da Cooperativa e junto à aldeia, criaria uma situação permanente de conflitos que a ninguém aproveitaria e que os trabalhadores interessados em manter a paz e em defender a democracia, não estão dispostos a permitir.»

Apesar do agrário-reideiro Francisco Alves explorar em conjunto com seu irmão e a mãe, duas herdades que somam 71 000 pontos, os trabalhadores do desejo de encontrar soluções pacíficas, propuseram-se debater novamente o problema com o Secretário da Estruturação Agrária para lhe apresentarem duas propostas alternativas:

1.º — A cooperativa dispõe-se a arrendar a herdade, no que se refere aos 50 000 pontos de reserva;

2.º — Caso, no entanto, esta proposta não seja aceite, propomos conceder a reserva na Herdade do Monte Novo que, aliás, tem monte.»

Os trabalhadores da Rainha do Sul tiveram como única resposta à sua vontade de diálogo, a presença violenta da GNR, e a ocupação das terras da UCP, a ocupação inclusive de parte da sua aldeia. Assim o MAP prossegue a sua política legal. Assim o MAP protege os agrários da CAP e do CDS. Assim o MAP viola a Constituição e a lei. Assim o MAP tenta destruir a Reforma Agrária, pretendendo quebrar a resistência dos trabalhadores. Mas, em vão. No meio da tarde, rodeado de camaradas de trabalho, rodeado de gente da sua aldeia, um jovem diria: «Estaremos aqui meses se preciso for, porque queremos que a lei seja cumprida, queremos conservar o nosso trabalho, não queremos emigrar à procura do pão, queremos ficar na nossa terra, trabalhá-la e defendê-la!»



Os trabalhadores agrícolas da UCP «Rainha do Sul» durante um plenário logo após a ocupação das forças da GNR

A VINGANÇA DO MAP!

No dia 3, no último Telejornal da RTP, ficámos informados de que o MAP não somente cortava o CAE à «Rainha do Sul» como requisitava todas as máquinas desta UCP para o Centro Regional da Reforma Agrária de Évora! A ilegalidade, à violência, soma-se a vingança cruel, o gesto de raiva característico de um ditador mas também reflexo de fraqueza. Sim, porque se o MAP tem a «faca e o queijo» na mão para vibrar estes golpes que significam pura e simplesmente a destruição total da UCP e o desemprego de 240 homens e mulheres, jamais terá os meios para quebrar a resistência dos trabalhadores, para destruir a solidariedade das massas populares, da classe operária e de outras camadas, solidariedade mais urgente e necessária do que nunca, neste momento, em que na UCP «Rainha do Sul» não ficará mesmo sequer um arado para trabalhar a terra, nem um tostão para investir ou pagar salários!

Quem é pois responsável pela baixa de produção senão o MAP? Como será possível, sem máquinas nem crédito, trabalhar uma terra de mais de 6875 hectares, num total de 18 herdades? Quem sofre com o facto destas ficarem por trabalhar? Não apenas os trabalhadores da UCP mas todo o Povo português, a economia nacional, a independência do País. O que não se produzirá nesta terra ser-nos-á sem dúvida vendido pelos países «amigos» à custa de dividas tão necessárias! Para que quer o CRRA as máquinas, muitas delas já compradas pelos trabalhadores ou a eles oferecidas? Para as terras dos grandes agrários que, na sua maioria, nem semearam?

«... e chamaram-nos nomes que se não dizem aos cães»

O povo estava reunido junto à escola da aldeia de Santa Susana. Nem a chuva fazia arredar pé às mulheres, homens e crianças. Cada um daqueles trabalhadores e já também os seus filhos, erguidos entre a escola e o olival, estavam ali. Expulsos das suas terras, inclusive daquelas que não foram roubadas para uma reserva ilegal concedida pelo MAP a um grande reideiro da CAP, Francisco António Alves. O povo trabalhador, quase toda a população de Santa Susana, (a aldeia tem cerca de 800 habitantes e na Cooperativa «Rainha do Sul» trabalham 240) estava ali, o protesto nos olhos e nas vozes, a determinação nos rostos, depois de ter sido já por duas vezes caluniado, espancado, perseguido por soldados da GNR que a mando do MAP fazia o favor ao Francisco Alves; personagem destacada da CAP e do CDS.

Desse protesto popular, fica o eco no «Avante!». O vigor das palavras, a imagem dos corpos retalhados por golpes, por coronhadas deveriam ser transmitidos ao povo português pela rádio e televisão que, neste momento, tal como anteriormente ao 25 de Abril, estão longe, mesmo muito longe, de servir as massas populares, a classe operária, os trabalhadores.

TERÇA FEIRA, DIA 1:

«A GNR veio ocupar a herdade que o ministro deu de reserva a esse reideiro que tem mais terras de sociedade com a família e que toda a sua vida explorou os outros. Na herdade que lhe volta agora à mão, quem trabalhava eram os cinco assalariados que ele lá tinha antes de vir a Reforma Agrária. Mas ainda se a GNR ocupasse só essa herdade que se chama a «Capitosa»! Mas não. Ontem e hoje, tomaram todas as herdades à volta que pertencem à Cooperativa, que nem podemos lá chegar, estão os trabalhos parados porque eles correram connosco, com forças a cavalo, bateram no povo, ainda temos as marcas no corpo, não temos vergonha de as mostrar!» (Um trabalhador de idade)

«Estávamos nós na herdade do «Grou» quando, apesar da reserva ser na «Capitosa» que faz extremas, apareceu lá uma força de jeep. O jeep ficou atascado a uns metros. Eles desceram e começaram a ofender a gente: «Lancem granadas sobre esses cabrões! Ladrões, vocês roubaram as terras e agora não as querem dar!» Um homenzinho mais desenvolvido disse que a gente toda a vida trabalhou, não roubou nada a ninguém e levou logo uma rapada. Com isto, deixou cair a samarra baixou-se para apanhá-la e levou logo outra para se endireitar!» (Um trabalhador jovem)

«Estávamos a jantar, à volta do meio-dia, um grupo de 7, 8 ou 10 homens quando chegaram soldados da GNR com os cavalos e outros a pé e carregaram sobre nós, agredindo com os vergalhos. Vimos embora mas mesmo assim eles vinham em cima da gente. Eu já não posso correr e vieram com os cavalos gritando e chamando nomes dos piores. Nunca fiz nada na minha vida senão trabalhar e foi preciso chegar a esta idade para me chamarem gatuno, bandido e outros nomes piores e me fazerem isto!» (Um trabalhador de 58 anos)

«Ninguém nos avisou. Só sabemos quando vimos os jeeps passar. O Povo estava todo zangado e estivemos a acalmá-lo. Fomos à «Capitosa», para falar e os guardas vieram nos jeeps com armas apertadas como se fossem para um combate. Dissemos-lhes: Não vimos por mal, mas em bem. Vimos ver o que se passa e nunca vi um conflito entre homens armados e outros desarmados.» (um elemento da Comissão de Trabalhadores)

«Estava um homenzinho, um trabalhador que já tem 70 anos que puxou do lenço, o tempo val chuvoso e o homem teve precisão de se assoar. Mas uma navalha, dessas que usamos para comer, caiu-lhe da algeibra. Pois um soldado da GNR, tirou-lhe o nome e diz que o vai levar para tribunal por ter puxado a navalha. Então isto é justo?» (Um trabalhador jovem)

«Tanto faz no «Grou» como na «Cabida». Eles vieram e começaram a bater na gente para nos expulsar da herdade que já não pertence ao agrário porque a reserva foi na «Capitosa». Levaram-nos à frente dos cavalos até à ribeira e depois como alguns homens e mulheres caíram porque a água alinda dá pelos joelhos, foram espezinhados.» (Um trabalhador)

«O meu filho, Inácio Francisco de Brito, com 16 anos foi obrigado pelos cavalos de alguns guardas a pular para dentro da ribeira. Um anjinho com 16 anos que tem um joelho todo deitado abaixo!» (Uma trabalhadora)

«Eu tinha duas crianças, uma coila e outra no carrinho. Escondi-me numa oliveira mas nem assim me livrei das chibatadas. Eu queria trepar para a oliveira mas não podia. Se não fosse uma camarada minha, a Júlia, que veio a correr e me tirou o carrinho, eu ainda ali ficava.» (Uma trabalhadora)

«Veja as negras no meu corpo. E enquanto batiam eles berravam: já vos deviam ter cortado o Crédito de Emergência a ver se rebentavam» e outros gritavam «Antes tinham o Governo a vosso favor mas agora temos nós!». Um alto e muito moreno, que foi dos que batia mais e todo feliz, berrou «Havia de ser da PIDE para matar o chefe da Cooperativas!» e chamou-nos nomes que se não dizem aos cães.» (Um trabalhador)

«Um guarda que me bateu com o vergalho, gritou-me «Vocês julgam que são alguém? O que vocês produziram num ano na Reforma Agrária fecho eu na mão e faço em merda.» (O mesmo trabalhador)

«O que a televisão havia de fazer era vir filmar isto. Nós a cair eles a espezinhar os pobres!» (Uma trabalhadora)

«Foram para outra herdade onde estavam arrecadadas as máquinas num barracão para tirarem as que, consta do inventário, era do agrário que recebe agora a reserva. Nós tivemos de ir lá abrir as portas do barracão e até ajudamos a tirar uma cefeira debulhadora que é da Cooperativa e estavam a arrastá-la à bruta, a estragá-la para poderem chegar às máquinas do agrário que estavam lá para trás. Depois estávamos ali sentados enquanto eles andavam a levar máquinas e um guarda disse assim «Eles querem a Reforma Agrária é para estarem assim sentados». E depois voltou-se para mim e gritou-me. «Estás a mexer os beiços? Levas uma coronhada na cabeça!» Então, um guarda, ainda novo, disse-me «o senhor deixe-se estar sentado. Não lhes diga nada porque os meus colegas já não estão bons. Se não disser nada, eles não lhe batem». Sim, nem todos são iguais, alguns compreendem as razões do povo. Não bateram ali na gente porque não lhes fizemos resistência. E depois, o tenente disse «deixa-me ir lá ver no barracão a ver se há mais alguma coisa roubada». Eu não me contive: «O meu tenente veja lá se estão lá algumas galinhas roubadas. Se calhar estão!» (Um trabalhador jovem)

«Obrigaram os trabalhadores a abrir os casões, mesmo em herdades que não estavam em questão e arrojaram as máquinas para fora. Levaram máquinas da UCP, mesmo um escafificador novo que há pouco tempo a UCP tinha comprado, dizendo que só o entregavam quando a UCP entregasse o outro velho que era do agrário. «Isto tudo com um técnico do CRRA à cabeça, o Costa. Os do CRRA são os

grandes culpados disto tudo. Deviam pagar com juros o que andam a fazer. Nem sequer andam a cumprir a lei. Nós temos ou não militares para defender a lei? E então agora vêm estes soldados da GNR atacar-nos a favor dos que não cumprem a lei?» (Um trabalhador jovem)

«Os do CRRA até consentiram que viessem para aí, estar ao lado do agrário na escolha das máquinas e na herdade, dois outros agrários que não têm nada a ver com a «Capitosa», que são o António Joaquim Patinho Gomes da Silva, o «Xabregas» e o irmão do Francisco Alves, o António Alves, o «Vacas». Não admira a amizade entre o Patinho e o Francisco Alves: são da mesma rês. Quando foi da luta das 8 horas, mandaram prender trabalhadores que ainda cá estão vivos para testemunhar.» (O mesmo trabalhador)

QUARTA-FEIRA, DIA 2

«Estávamos ao pé da Igreja, de manhã, e vieram alguns da GNR e gritaram: «O que andam aqui a fazer? Vão para casa suas porcas, vão coser as melas!» E correram com a gente e até bateram mais do que ontem. Houve sangue e as marcas nos corpos dos homens podem-se ver.» (Uma trabalhadora)

«Estávamos ali na Igreja da aldeia. Estava ali um camarada, que até se chama Jerónimo, que tem uma boina assim como a minha. Mal se descuidou, a olhar para trás, apanhou logo. Começou a fugir, não é? Mas agora de tarde disse «eu tenho de ir lá buscar a minha boina!» Pediu aos guardas para ir à igreja e lá foi com 10 ou 11 guardas como se ele fosse roubar o cemitério ou a igreja! Chegou lá e encontrou a boina toda rotas.» (Um trabalhador jovem)

«Até o pobre do coiveiro que mora lá na igreja, e que é homem de uns 50 anos, teve de vir a correr à frente dos guardas e levou porque «não tinha nada que lá estar». Mas o homem mora lá! Para onde há-de ir? Para o quartel? E coltadito é um homem que nem está no seu limite. Teve uma doença de cabeça.» (O mesmo trabalhador)

«Eu disse a um guarda «senhor guarda, deixa-me ir ao cemitério que tenho lá a sepultura da minha mãe e queria ir tratá-la». Ele respondeu «Por mim pode ir». Mas saltou de lá, logo, outro que gritou «Coltadinha, agora é que se está a lembrar da mãe.» (Uma trabalhadora)

«Estávamos lá na Igreja e quando eles começaram a bater, um pobre velho não podia correr e começou a levar. E eu disse: «meu tenente está a bater num homem desarmado». E ele disse-me: «Vieste para cá devagar, mas vais para lá depressa» e eu respondi-lhe «O meu tenente pode fazer o que quiser que eu vou para lá, na mesma devagar». Por isso tenho as costas neste estado que vê. Um rapaz safou-se de boa. Contra ele gritou o tenente «Atirem que é ordem do tenente!» O rapaz meteu-se entre as mulheres.» (Um trabalhador)

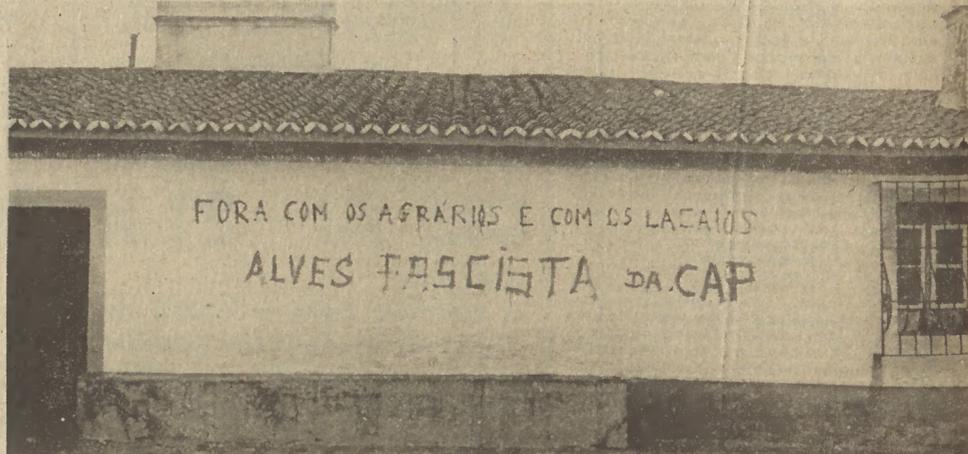
«Agora já temos ordem de ir ao cemitério. Eles disseram «as senhoras só tem ordem de ir ao cemitério!» Pois é para onde a gente não quer ir!» (Uma trabalhadora)

«Um deles ameaçou-nos de nos fechar a todos nas nossas casas se fôssemos para o pé da igreja que é mesmo pegada ao cemitério. Nem no tempo do fascismo, eu tenho ouvido contar a homens que eram capazes de serem meus pais e meus avós, se viu uma coisa como esta!» (Um trabalhador jovem)

«Alguns só queriam que a gente atirasse uma pedrada a um deles para depois atirarem logo a matar. Mas a gente não lhes faz a vontade. Estaremos aqui meses, se preciso for, porque queremos que a lei seja cumprida, queremos conservar o nosso trabalho, não queremos emigrar à procura de pão, queremos ficar na nossa terra, trabalhá-la e defendê-la!» (um trabalhador jovem)



A GNR em Santa Susana, na Herdade da «Capitosa» que foi desanexada da UCP «Rainha do Sul»



Nada cala a voz dos trabalhadores

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA DORA DO PCP

Conferência de Imprensa da DORA: uma vigorosa e quase exaustiva demonstração da política ilegal do Governo, e particularmente do MAP, contra a Reforma Agrária, um alerta a todos os democratas e patriotas civis e militares:

Na conferência de Imprensa da DORA, Direcção da Organização Regional do Alentejo, do Partido Comunista Português, a imprensa estatizada, a rádio e a RTP voltaram a estar ausentes. O facto não é de admirar pois estavam em discussão questões vitais para as massas trabalhadoras, não só do Alentejo mas de todo o país.

A imprensa estatizada, a rádio e a televisão não estiveram presentes porque sabiam que se iam abordar problemas de emprego dos trabalhadores, da produção agrícola, da economia nacional, da independência do país, do seu futuro, da democracia, que a política do Governo, em particular do MAP, põem perigosamente em causa.

A imprensa, estatizada praticamente não esteve representada, a rádio e a televisão não só estiveram ausentes como silenciaram completamente esta realização da DORA do PCP. Mas os trabalhadores de diversas UCPs, de Évora, Beja, Portalegre e Santarém estavam representados em Évora, tomaram assento na mesa dos trabalhos e nas cadeiras do teatro, participaram vivamente, denunciaram e demonstraram mais uma vez o seu repúdio pela política de violência e ilegalidade do MAP, a qual, no entanto, não chega para lhes quebrar a resistência, para embarcá-los em aventuras («disso está o MAP mortinho quando manda para cá a GNR actuando violentamente!», diria um trabalhador), ou para continuarem a afirmar a sua vontade de diálogo e disposição de cumprir a lei.

E porque lá estavam os trabalhadores, o diálogo e as perguntas dos poucos jornalistas presentes, que se seguiram à leitura de um documento apresentado pela DORA, proporcionaram que esta conferência de Imprensa fosse uma viva tribuna de denúncia e esclarecimento.

A mesa de trabalhos constituída pelos camaradas António Gervásio, da Comissão Política do CC do PCP, Dinis Miranda do Secretariado do CC, Margarida Tengarrinha, do CC, Vítor Louro deputado à Assembleia da República e ex-secretário de Estado da Estruturação Agrária, António Murteira, dirigente da DORA e trabalhadores de diversas UCPs dos distritos de Évora, Beja, Portalegre e Santarém, iniciou a conferência de Imprensa com a leitura de um documento de análise das principais linhas da ofensiva governamental, apoiada por outras forças, contra a Reforma Agrária. Neste documento, expressava-se o objectivo da conferência de Imprensa (o qual, por si só justifica a ausência dos referidos órgãos de comunicação social na medida em que estes não têm, por princípio, há muito tempo, a informação correcta do povo português):

«A DORA, ao promover esta conferência de Imprensa, tem o objectivo de denunciar as ilegalidades e injustiças, as violências e mentiras do Governo, do ministro António Barreto, do secretário Carlos Portas e dos CRRA. Tem o objectivo de alertar todos os trabalhadores portugueses, os militares, todo o nosso Povo dos perigos reais que ameaçam destruir uma das maiores conquistas do Povo Português consagradas na Constituição — a Reforma Agrária.

«O Governo PS diz que está a cumprir a lei. Nós dizemos: Isso é mentira! Aquilo que o Governo está a fazer, pela mão do ministro António Barreto e do secretário Portas, é destruir efectivamente as UCPs e a própria Reforma Agrária por meios ilegais e processos repressivos!

Os trabalhadores agrícolas do Sul, a classe operária portuguesa, o nosso povo em geral, sentem-se revoltados com tal política reaccionária, repressiva e anticonstitucional».

«Todo o restante documento constitui a prova, através de factos muito concretos, da política de ilegalidade do Governo, e do MAP só entender como lei «a lei da força, a lei das metralhadoras e dos chaimites da GNR»: «É verdade que vemos muitos soldados e até sargentos e oficiais da GNR mostrarem o seu descontentamento contra estas ilegalidades e injustiças do Governo. Porém, também é verdade que muitos homens da GNR mostram grande agressividade e desejo de fazer gosto ao dedo» salienta a DORA.

«Começando por enunciar exemplos da violação sistemática que o MAP e o Governo fazem da Constituição e das leis no que se refere à Reforma Agrária, analisando as verdadeiras razões do atraso das sementeiras, da diminuição da área semeada e dos reflexos na produção, os efeitos do corte do CAE ordenado pelo MAP às UCPs («política de crédito do MAP é selectiva, partidária e repressiva»), a violência com que a GNR é chamada a actuar (citam-se as prisões já ocorridas, os espancamentos, com relevo para as brutalidades de que foram alvo os trabalhadores da «Rainha do Sul», Santa Susana, sobre a qual publicamos uma reportagem noutro local) e a cobertura da imprensa reaccionária, mesmo da estatizada e da rádio e da RTP em relação a esta política de ilegalidade, o documento da DORA responsabiliza o PS por tal política reaccionária.

«Depois de apelar ao Presidente da República e a outros órgãos do poder para que seja posto termo à actual ofensiva contra a Reforma Agrária, a DORA insiste na necessidade de cumprir a lei, expropriando os 700 000 hectares de terra expropriáveis, accentuando o desemprego que se faz sentir, sobretudo nos concelhos onde a Reforma Agrária menos tem avançado; a necessidade de assegurar o crédito agrícola às UCPs e aos pequenos e médios agricultores; a urgência da garantia de escoamento a preços compensadores para os produtos agrícolas e pecuários («só no distrito de Évora, nos celeiros de 11 UCPs, há 2 200 000 quilos de aveia e 1 400 000 quilos de cevada à espera de escoamento para ser vendido; a necessidade do Governo pagar as dívidas às UCPs (cereais, gados, lãs, cortiças), a necessidade de obrigar os agrários que recebem reservas ou terras devolvidas e outros a semear as suas terras. A concluir, a DORA dirige-se:

«A classe operária da cidade, a todos os trabalhadores e suas organizações sindicais, aos pequenos agricultores, aos trabalhadores da informação, aos militares, a todos os portugueses amigos da Democracia: é necessário defender a Reforma Agrária!

«Defendamo-la para que os latifundiários não voltem mais à posse da terra e não vejamos mais nos campos o desemprego, a fome, a repressão. A Reforma Agrária, nacionalizações, controlo operário, progresso, liberdade, democracia, independência nacional, são conquistas revolucionárias de todo o povo português. Quem atacar uma delas, ataca as outras.

«Sem Reforma Agrária não defenderemos a Revolução, não construiremos a democracia, não avançaremos para o socialismo!»

O MAP tem responsabilidades nos atrasos das sementeiras

O MAP veio há pouco tempo com mais uma das suas notas oficiosas (com as quais se poderá fazer uma interessante e exemplar antologia da propaganda misificadora) prolestar porque os trabalhadores alavam para cima do MAP as responsabilidades pelo atraso das sementeiras. O MAP seria pois uma vítima inocente da má vontade dos trabalhadores quando, segundo o MAP, se as sementeiras estavam atrasadas não seria apenas por causa das chuvas copiosas, mas porque os trabalhadores das UCPs só trabalhavam as oito horas não aproveitando os momentos de menor pluviosidade...

Na devida altura, esclarecemos nestas páginas quanto de demagogia pobre e de declarada incompetência, e mesmo de absurdo, existia nesta nota oficiosa. Absurdo porque na verdade poder-se-ia concluir que as «abertas» só sucediam em tempo de descanso dos trabalhadores e que estes não corriam a aproveitar essas abertas após o horário de trabalho. Incompetência porque o MAP demonstrava assim desconhecer que, depois das chuvas, os terrenos ficam encharcados (é evidente que o MAP não o ignora, mas convinha escamotear os factos para que a opinião pública, compreensivelmente pouco informada sobre as questões do trabalho agrícola, mais facilmente «engolissem» o espírito da referida nota oficiosa). Incompetência porque o MAP demonstrava desconhecer que a maior parte dos tractores existentes no país são tractores de rodas e por isso mesmo não aptos a trabalhar em terrenos encharcados. Incompetência ainda porque o MAP demonstrava ignorar os relatórios mensais das suas brigadas técnicas que, outra coisa não podem fazer senão darem conta do prejuízo causado pelas condições climáticas nos trabalhos agrícolas, que, aliás, foi recentemente referido pelo INE, Instituto Nacional de Estatística.

Com tudo isto, e correndo tais riscos de parecer incompetente e absurdo, o MAP vestindo a capa de vítima, procurava fazer crer que os seus serviços não tinham qualquer responsabilidade no atraso das sementeiras. Este atraso e a consequente baixa de produção, seriam devidos numa

pequena parte às chuvas e numa grande parte aos trabalhadores. Mas se os trabalhadores têm as costas largas, têm também a resposta certa, a palavra coerente com os factos. E estes repõem a verdade: o tempo foi péssimo para as sementeiras e porque os terrenos ficaram encharcados, nalguns locais não se pôde mesmo fazer sementeiras, noutros foram feitas porque, ao contrário do que o MAP apregoa, os trabalhadores não limitam o seu esforço ao horário de trabalho quando está em causa a produção, a economia nacional, a construção da Reforma Agrária.

Mas além da influência do tempo, há a responsabilidade dos serviços do MAP no atraso das sementeiras porque estes não fizeram entrega de sementes seleccionadas requeridas por diversas UCPs a tempo e horas, o mesmo acontecendo com os

adubos.

Isto foi denunciado na Conferência de Imprensa da DORA do PCP, na qual se informou, nomeadamente, «que, por exemplo, no distrito de Beja, 14 UCP não puderam semear 558 000 quilos de trigo porque o Instituto dos Cereais não forneceu na devida altura De igual modo, estas 14 UCP não puderam receber na devida altura 1 433 000 quilos de adubos». Quanto ao distrito de Évora, também não foi entregue mais de 1 milhão de quilos de adubo!

Como prova das responsabilidades dos serviços do MAP no atraso das sementeiras, apresentamos uma relação de Unidades Colectivas de Produção às quais não foram fornecidos a tempo e hora as sementes e os adubos, indicando as quantidades que estas UCPs haviam requisitado de umas e outras.

No entanto, tal como foi denunciado na Conferência de Imprensa da DORA «a situação não é o quadro negro que o MAP, a CAP e outros desejariam que fosse. Há boas searas nas terras altas e arenosas. Há muitas UCP que semearam quase o mesmo que o ano passado. Os trabalhadores, já prevenidos, guardavam trigo e semearam-no».

«Os trabalhadores das UCP fizeram este ano mais alqueves do que em 1975-76 e podiam semear mais. Se não o fizeram em consequência da sabotagem do Instituto dos Cereais e das próprias chuvas intensas.

com uma possível baixa de produção agrícola. Perguntamos a esses senhores: Já foram ver se os 500 000 hectares ainda na posse dos grandes agrários estão cultivados? Se eles semearam algum bago de grão? Essas herdades que, apesar de não terem 50 000 pontos não deixam de ser grandes herdades de 200, 300, 400, 500 e mais hectares se, na sua maioria, estão cultivadas e semeadas? E aos propriedades devolvidas aos agrários (reservas, desocupações, etc) estão a ser semeadas? Nós conhecemos vários casos. Por exemplo:

— Herdades dos Currals, tirada à UCP «Unidade», S. Manços (Évora) entregue ao proprietário Inácio Murteira, não foi semeada, está abandonada.

— Herdade do Silval, tirada à UCP «6 de Agosto» (Arraiolos)

— Herdade da Lobata (Serpa), tirada à força de armas à UCP «Margem Esquerda», entregues ao agrário fascista João M. da Palma Cano que, na prática, não semou nada.

— Herdade da Ribeira (Cuba) tirada à força de armas à UCP «Margem Esquerda», entregues ao agrário fascista João M. da Palma Cano que, na prática, não semou nada.

Estas ilegalidades e injustiças, esta ofensiva brutal contra a Reforma Agrária têm desmobilizado o entusiasmo dos trabalhadores e afectam duramente a economia nacional. A disposição de trabalhar milhares de horas gratuitamente para as UCP está-se a reduzir. Os trabalhadores interrogam-se: andamos a desbravar as terras para depois, pela força das armas, as entregarmos aos agrários, que as deixam de novo incultas?

Apesar da política do MAP responder afirmativamente à esta pergunta dos trabalhadores, os seus, apesar da angústia e revolta que sentem perante a ofensiva contra a maior conquista revolucionária do povo português, não perderão as perspectivas, continuando o seu combate pela democracia, pela Reforma Agrária.

«Lutar é Viver» — Aljustrel			
Trigo	24 000 kg	Trigo	100 000 kg
Adubo		Adubo	150 000 kg
«Rio Seco e Merepe» — Vila Nova de Baronia — Alvíto		«Ou Vai Ou Racha» — Canhestros Ferreira do Alentejo	
Trigo	11 000 kg	Trigo	17 000 kg
Adubo	35 000 kg	«Freguesia sem Medo» — Val D'Açor — Mértola	
«Vitória» — Boavista — Beja		Trigo	40 000 kg
Trigo	40 000 kg	«Margem Esquerda» — Serpa	
«Vida Nova» — Monbeja — Beja		Trigo	248 170 kg
Trigo	30 000 kg	Adubo	1 250 000 kg
Adubo	5 000 kg	«Alvorada na Aldeia» — Aldeia Nova de S. Bento — Serpa	
«Seara de Vento» — Albernoa — Beja		Trigo	8 000 kg
Trigo	34 000 kg	«Flor do Alentejo» — Val Vargo — Serpa	
Distica	7 000 kg	Trigo	15 000 kg
«Alentejo Vermelho» — Castro-Verde		«Luta dos Camponeses» — Ourique	
Trigo	20 000 kg	Trigo	40 000 kg
Adubo	125 000 kg	Adubo	60 000 kg
«Grito da Revolução» — S. Marcos da Atabueira — Castro-Verde		«Estrela do Alto Sado» — Panóias — Ourique	
Trigo	10 000 kg	Trigo	28 000 kg
«Papoila Vermelha» — Vila Alva — Cuba		Adubo fornecido com atraso de 3 meses	
Trigo	7 600 kg	«Alentejo em Frente» — Figueira dos Cavaleiros — Ferreira do Alentejo	
«Planície Dourada» — Ferreira do Alentejo		Adubo	20 000 kg
		«A Vitória é Nossa» — Colos — Odemira	
		Trigo	4 200 kg



Os camaradas Vítor Louro, Margarida Tengarrinha e António Gervásio durante a conferência de Imprensa do PCP, em Évora

A História não perdoará ao Governo do PS!

«A História não perdoará ao Governo PS os danos que está a causar à Reforma Agrária e à Revolução Portuguesa. A política que está seguindo conduz fatalmente ao seu isolamento. A luta organizada dos trabalhadores e contra a Reforma Agrária. Os técnicos progressistas foram saneados e substituídos por elementos ligados aos agrários e ao seu serviço.

Como querará o Governo PS «proseguir» com a Reforma Agrária como diz demagogicamente, quando a sua política está apontada em destruir as UCP, entregar as terras aos agrários e atirar com a GNR contra os trabalhadores?

O fascismo deixou o nosso País num estado atrasado, com um baixo nível de desenvolvimento económico, com uma agricultura pobre e atrasada, com uma alta taxa de analfabetos, um

Sul, sobretudo no Alentejo. O PS pagará caro tal política reaccionária.

Os CRRA deixaram de ser centros de apoio à Reforma Agrária. São, hoje, centros de conspiração contra os trabalhadores e contra a Reforma Agrária. Os técnicos progressistas foram saneados e substituídos por elementos ligados aos agrários e ao seu serviço.

Como querará o Governo PS «proseguir» com a Reforma Agrária como diz demagogicamente, quando a sua política está apontada em destruir as UCP, entregar as terras aos agrários e atirar com a GNR contra os trabalhadores?

País muito dependente do imperialismo estrangeiro.

Como querará o Governo PS arrancar Portugal deste tremendo atraso e promover o desenvolvimento económico, social e cultural do nosso povo? Como vai ganhar o apoio dos trabalhadores? É com uma política de recuperação capitalista contra os trabalhadores? É com uma política que se dirige para a regulamentação das liberdades sindicais e da luta da classe operária? É com uma política de churudas indemnizações aos grandes capitalistas e agrários, oferecendo aos trabalhadores o congelamento dos CCT e aos reformados pensões de miséria, aumento assustador do custo de vida? É com uma política que, em vez de assegurar pão e trabalho aos 500 000 trabalhadores

portugueses desempregados, lhes oferece a emigração para países capitalistas, onde há milhões de desempregados? Tal política antipopular e antinacional está irremediavelmente condenada à derrota.

A luta vai ser ainda dura e difícil. Mas estamos certos que as terras roubadas às UCP por ilegalidades e injustiças voltarão de novo às mãos daqueles que trabalham a terra. E nesse dia não será preciso ir chamar a GNR!

A luta organizada prosseguirá com firmeza. Os comunistas, os socialistas sinceros, os trabalhadores sem partido, todo o nosso povo, darão mãos para fazer frente às forças que se opõem a que Portugal avance para a Democracia e para o Socialismo».

(Do Documento apresentado pela DORA na conferência de Imprensa de Évora)

O Governo não cumpre a Constituição nem as leis!

Na Conferência de Imprensa realizada pela Direcção da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português mais uma vez foram denunciadas as razões que levam os trabalhadores a afirmarem que o Governo faz tábua rasa da Constituição e das leis. Contra esta afirmação, surge-se o MAP multiplicando-se em notas oficiosas cada uma demonstrando, afinal, a actuação ilegal e violenta do ministro Barreto e da sua equipa e a responsabilidade do Governo numa política anticonstitucional, antipopular, antipatriótica e por isso mesmo reaccionária, latifundiária e repressiva.

Nesta Conferência de Imprensa da DORA do PCP foram apresentadas sistematicamente as provas das ilegalidades do MAP, a demonstração de que quando o Governo PS diz estar «a fazer cumprir a lei», não faz outra coisa senão mentir. Senão vejamos:

1) Quando o MAP anda à caça de antigos feitores, guardas, caseiros e outros, os instiga a formarem pequenos grupos no sentido de solicitar desanexação das herdades com as melhores terras das UCP, fazendo-lhes boas promessas de apoio financeiro, décimo terceiro mês, aumento de salários, etc., passando por cima da vontade da grande maioria dos trabalhadores, sem o mínimo de estudo, se afecta ou não a viabilidade económica das Unidades Colectivas, não está a cumprir a lei!

2) Quando o MAP anda à pesca de feitores; guardas, caseiros e outros para os transformar em «rendeiros» ou «seareiros», entregando-lhes reservas nas melhores terras das UCP, arrancadas pela força de fortes contingentes da GNR, esfrangalhando, assim, as Unidades Colectivas sem discussão com os trabalhadores, sem tomar em conta a sua opinião, sem se importar se põe ou não em causa a viabilidade económica da UCP, o Governo não está a cumprir a lei, está a destruir a Reforma Agrária!

3) A Constituição no seu Artigo 104.º diz: «Na definição e execução da Reforma Agrária... deve ser assegurada a participação dos trabalhadores e pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias...» O Governo não está a cumprir a Constituição!

4) Outro artigo da Constituição — 96.º — diz: «A Reforma Agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista e tem como objectivo: A) promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham, como primeiro passo para a criação de novas revelações da agricultura. B) Aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a de infra-estruturas e de meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do País, bem como o incremento da produção. C) Uma política agrária do Governo PS não tem nada a ver com o espírito da Constituição nem com a letra da Constituição! O Governo não cumpre a lei! O Governo viola a Constituição!

Conferência de Imprensa da DORA do PCP

(Continuação da pág. 9)

5) Quando o Governo PS, pela força das armas, tira as melhores terras às UCPs e as entrega, como reserva a proprietários que têm mais terra sua, em muitos casos abandonada ou mal aproveitada, **está a destruir a Reforma Agrária por processos repressivos!**

6) Quando o Governo procura lançar seareiros e reendeiros contra as UCPs, no sentido de esfrangalhar as Unidades Colectivas, pela força das metralhadoras e "chaimites" da GNR, estando ainda nas mãos dos latifundiários 500 000 hectares de terra para expropriar, **não está a cumprir a lei!**

7) Quando a lei diz "se nos antigos prédios dos reservatórios estiverem instaladas Unidades Colectivas de Produção já reconhecidas, a área de reserva só não será demarcada caso seja afectada a viabilidade económica da exploração destas" (Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 406-A/75, de 29 de Julho). O mesmo decreto diz que "para atribuição do direito de reserva deverão respeitar-se as unidades de produção já constituídas. Que o proprietário deverá requerer o direito de reserva no prazo de 15 dias a contar da data em que haja sido notificado da expropriação".

O Governo não está a cumprir estes preceitos da lei!

8) Quando o MAP dá o direito aos agrários de escolherem o local da reserva (que depois não cultivam), ficando em muitos casos com as melhores instalações e encravados no meio das UCP, sem o mínimo de respeito pela opinião dos trabalhadores, **o Governo não está a cumprir a lei!**

9) Quando os CRRA enviam às UCP cartas para entrega desta ou daquela herdade (sempre a melhor) como direito de reserva, sem discussão com os trabalhadores nem com as suas organizações, dando apenas, como pró-forma, 3 dias para responderem, sem técnicos nem cartas de solos para o estudo económico, **o Governo não está a cumprir a lei!** Apesar deste processo arbitrário, não há um só caso que os CRRA tenham tomado em conta o parecer dos trabalhadores.

10) Quando os CRRA fabricam documentos falsos e em conluio com os agrários, inventam compradores de cortiça para a roubar às UCP, desprezando os ordens do tribunal, como sucedeu no mês de Janeiro passado com o CRRA de Évora no escândalo da cortiça da UCP da Boa Esperança de Lavre — Montemor-o-Novo, **o Governo não só não cumpre a lei como incorre em processos de burla.**

13) Quando grande parte das UCP nos começos das sementeiras queriam trigo para semear e o Instituto de Cereais mandava esperar ou fornecia trigo insuficiente, **o Governo não só não cumpre a lei como organismos seus fazem sabotagem económica!**

14) Quando o ministro A. Barreto corta o crédito agrícola de emergência a várias dezenas de UCP e a muitos pequenos e médios agricultores, exactamente num momento em que se aproximam as sementeiras da Primavera, **o Governo não só não cumpre a lei, como atenta contra a economia nacional!** O corte de crédito põe em risco as sementeiras da Primavera.

Mas não ficam pelo enunciado no texto as razões pelas quais os trabalhadores e a sua vanguarda revolucionária, o PCP, afirmam que o Governo não está a cumprir a lei. Outras foram já apontadas e mais detalhadas na Conferência de Imprensa da DORA.

A Constituição em que se refere à Reforma Agrária estipula que "o auxílio do Estado, segundo os esquemas da reforma agrária e do plano, compreende nomeadamente: a) Concessão de crédito e assistência técnica".

Quando o Governo, através do MAP, em vez de ampliar as linhas de crédito no cumprimento da Constituição (pois não existe qualquer linha de crédito a longo prazo mas apenas o CAE), fecha as que existem cortando o CAE a UCPs e pequenos agricultores, **está a violar a Constituição!**

Quando o MAP começa a acenar para a quebra da produção, em termos ambíguos, de modo a deixar na opinião pública o preconceito de que os trabalhadores das UCPs são "uns mandraços", quase não tomando em conta, publicamente, as péssimas condições climáticas deste ano e as informações das suas próprias brigadas técnicas e omitindo completamente as suas responsabilidades, causa principal do atraso e da rentabilidade afectada das sementeiras (ver artigo desta página), está a caluniar os trabalhadores e a mentir mais uma vez. Mais do que isso, está a violar também a Constituição pois o seu dever estipulado no artigo citado da Constituição é "concessão de assistência técnica". Ora o que faz o MAP? Não põe os seus técnicos ao serviço das UCPs para as aconselhar relativamente às melhores culturas de Primavera de modo a que a agricultura recupere o perdido neste Inverno. Pelo contrário, é o MAP que parece ignorar o que há a fazer! E dá o prazo de dez dias (!) às UCPs para apresentarem os seus planos de exploração dos regadios! Parece que é o MAP que tem de aprender com os trabalhadores? Para que servem os técnicos do MAP? Não concedendo assistência técnica, **o Governo está a violar a Constituição, o Governo não está a cumprir a lei!**

A Constituição estipula no Art.º 97.º (eliminação dos latifundiários):

"1 — A transferência da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham será obtida através da expropriação dos latifúndios e das grandes explorações agrícolas.

"2 — As propriedades expropriadas serão entregues, para exploração a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores".

Quando paralisa o processo de expropriações, quando rouba terras às UCPs sem respeitar a viabilidade económica destas, para a conceder a agrários ou para formar novos agrários, **o Governo está a transferir a posse útil da terra e dos meios de produção, sim, mas para os exploradores, está não a eliminar os latifúndios mas a procurar ressuscitá-los! O Governo está a violar a Constituição! O Governo não está a cumprir a Lei!**

Por decisão do Conselho de Ministros em Setembro passado, ficou determinado "a atribuição de um quantitativo mensal a deduzir nas indemnizações" aos "titulares de direitos de prédios rústicos em situação de manifesta carência e que tenham sido objecto de medidas de expropriação, de nacionalização ou cujas terras tenham sido ocupadas", confirmando assim o Decreto-Lei 489/76 de Junho passado, que vinha realmente estipular a atribuição de quantitativos mensais até 8500\$00 aos agrários expropriados que "retirassem predominantemente" dos seus prédios os seus meios de subsistência. Independentemente da análise a estas disposições, será que, ao menos, o Governo cumpre o que ele próprio determinou? Remetemos os leitores para as informações sobre concessão de subsídios aos agrários que começamos a publicar noutro local. Elas demonstram que a até na atribuição de subsídios aos agrários o MAP prossegue a sua política latifundista, sugando o País para sustentar detentores de largos bens. Dos subsídios atribuídos aos agrários dois terços são ilegais, ou seja, em cada 100 agrários que recebem o subsídio, 75 estão em condições tais que, segundo a lei este não lhe devia ser atribuído! E assim, esta ilegalidade custa ao País 2 mil contos por mês!

O País é defraudado em bens e haveres, o custo de vida sobe em flecha, o Governo recusa fazer investimentos ou adia-os para as calendas do nunca mais, para dar de mão beijada o dinheiro do Povo aos senhores agrários e capitalistas.

Dois mil contos que o Povo perde mensalmente porque o Governo não cumpre a Lei!

EGIPTO: ANTICOMUNISMO, UMA POLÍTICA SEM FUTURO

Prosseguem as prisões massivas no Egipto, de operários, de estudantes, jornalistas e personalidades progressistas. Atiça-se em simultâneo a histeria contra os comunistas, apontados como a causa das grandiosas manifestações populares contra a carestia da vida e os anunciados aumentos de preços dos produtos de primeira necessidade, aumentos que surgem no contexto de uma já desesperada situação das massas trabalhadoras egípcias.

O ministro do Interior, tentando minimizar a envergadura das manifestações populares, o imenso descontentamento que elas revelam, apodou-as de «tempestade em copo de água, provocada pelos marxistas». O sr. ministro do Interior, não analisou desta forma o que de facto os acontecimentos no Egipto revelam. Limitou-se a destacar que não sente na carne as mesmas dificuldades do seu povo. E a delinear as linhas mestras da repressão. Aliás, de acordo com um inquérito conduzido pelo ministério público norte-americano, há ministros egípcios que têm razões suplementares para não sofrer das carências que sente o povo do seu país. Assim, foi apurado que a companhia de aviação «Boeing» ofereceu generosas «gratificações» a ministros e altos funcionários egípcios, para abrir as fronteiras do país aos aviões «Boeing 707», quando a companhia aérea egípcia não tinha qualquer necessidade de aviões desse tipo.

Tanto a teoria da «tempestade em copo de água» surge ridícula, como exclusiva atribuição aos comunistas da responsabilidade do desencadear das manifestações, quando o Partido do Poder se qualificou de «explosão popular», são expediente normal quando se pretende ocultar as raízes do descontentamento popular e justificar a repressão contra as forças de esquerda.

CHILE, RFA, MONGÓLIA: FORMAS DIFERENTES DA LUTA PELA PAZ

A recente realização em Moscovo do Fórum Mundial das Forças da Paz, abre amplas perspectivas ao desenvolvimento actual da luta pela distensão e o desarmamento, aspectos complementares da batalha pela paz.

A envergadura do movimento de massas criado à volta desta questão central da nossa época, reflecte-se no facto de 400 milhões de pessoas terem já assinado agora o novo apelo de Estocolmo, conforme foi realçado no Fórum.

A forma como a campanha de apoio ao novo apelo de Estocolmo se tem desenvolvido nos vários países, reflecte a realidade política nacional, constitui por vezes factor de pressão sobre essa mesma realidade, deixa bem claro quais são os mais consequentes defensores da paz.

Do Chile, as assinaturas para o novo apelo de Estocolmo — milhares de assinaturas — chegam ao Conselho Mundial da Paz por difíceis e secretos caminhos. Os patriotas da capital e outras cidades do país escrevem: «Agradecemos ao Conselho Mundial da Paz e aos nossos amigos de todos os países e continentes, a solidariedade com a nossa luta pelo restabelecimento da liberdade, da justiça e da democracia, agradecemos a vossa ajuda e apoio. Asseguramos que, apesar do terror da Junta, continuaremos com a campanha de recolha de

O que hoje se passa no Egipto é a consequência lógica da política que tem ultimamente vindo a ser seguida pelos seus dirigentes. Política de afastamento e hostilidade face aos países socialistas, política de dependência do imperialismo, que, como é obrigatório, se verifica em simultâneo no campo económico e político.

Como afirma, em Bagdad, o jornal iraquiano «Tank Al-Shaad», a «política de portas abertas», conduziu à «degradação do nível de vida dos trabalhadores egípcios e, simultaneamente, ao enriquecimento dos capitalistas nacionais». As raízes das grandes

manifestações populares contra a política governamental estão nas consequências desastrosas dessa mesma política. Consequências desastrosas e dramáticas, num país em que o subdesenvolvimento, que se agudiza com a dependência do imperialismo, pesa em exclusivo sobre os trabalhadores, e vai beneficiando capitalistas nacionais e estrangeiros.

As raízes da reacção governamental de hoje são as mesmas que têm orientado a sua política anterior — sujeição ao imperialismo.

Porque tal sujeição agrava a situação de

desenvolvimento, agrava as condições de vida das massas populares, fecha todos os horizontes de um futuro impossível sob a pata de Washington, as manifestações dos trabalhadores, dos operários, dos estudantes, tenderão a multiplicar-se, a crescer de envergadura, de organização.

A batalha que hoje se trava no Médio Oriente, reflecte o recrudescer da luta de classes. O Egipto é um ponto onde essa luta ganha maiores dimensões.

O actual Governo egípcio tem-se alimentado de anticomunismo. Ontem atacou a União Soviética, cortou laços

com o mundo socialista, abriu os braços à Casa Branca. Tal política reflectiu-se de imediato no plano internacional, com os acordos bilaterais com Israel, justamente considerados como uma traição à causa árabe. Como era inevitável, também a nível interno se fizeram sentir os reflexos de uma política apontada para uma ilusão: a via de desenvolvimento capitalista. Os resultados estão à vista. As manifestações populares são a reacção a uma situação económica insustentável.

Hoje, o governo do Egipto não segue melhor caminho. A sua imprensa volta a atacar a União Soviética, por esta justamente surgir em defesa

dos comunistas, dos trabalhadores, dos homens e mulheres progressistas encarcerados («como se tratasse de cidadãos soviéticos», comenta uma propaganda que desconhece, pelos vistos, o significado da «liberdade e da democracia», são os patriotas do Egipto que enchem as suas cadeias.

A via escolhida para a pseudo-solução dos problemas de hoje, é a mesma de ontem — anticomunismo, aliança com o imperialismo. Os resultados não poderão ser melhores.

OS INTERESSES POLÍTICOS E ECONÓMICOS DA «LIVRE» ALEMANHA FEDERAL NA MANUTENÇÃO DO REGIME SUL-AFRICANO

A propaganda demagógica é a cobertura normal utilizada pelas forças imperialistas para ocultar o teor real da sua prática e, simultaneamente, tentar virar os povos contra os seus verdadeiros aliados e amigos.

Acontece entretanto que tal cobertura demagógica se está a tornar cada vez mais difícil, face a uma prática que tem dificuldade em se ocultar por completo.

O exemplo da África do Sul, e em geral dos regimes racistas e terroristas em África, é elucidativo.

Muito recentemente, a Comissão Especial das Nações Unidas contra o «apartheid» decidiu tomar medidas para pressionar o novo governo dos Estados Unidos a respeitar o embargo de fornecimento de armas à África do Sul. Como é conhecido, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França já por duas vezes opuseram o seu veto no Conselho de Segurança da ONU a determinações que tornariam o embargo do envio de armamento para o regime de Pretória obrigatório para todos os membros da organização.

Paralelamente a esta atitude de vetar uma medida de que

entretanto têm grande dificuldade em contestar a validade, os principais países industrializados da NATO conduzem uma ampla e sistemática campanha para influenciar a opinião pública africana e dos outros continentes, em relação a uma já estafada «ameaça comunista», visando nomeadamente sobre direitos dos povos, novo colonialismo de sinal diferente, violação das actas de Helsínquia, etc., etc. O caso recente de Angola, em que ainda hoje se persiste nos meios abertamente partidários do colonialismo, com a sua ridícula campanha contra o povo cubano e o povo soviético e ainda mais ridícula tentativa de chantagem junto do governo da URSS, é esclarecedor desse tipo de campanha.

Trata-se, entretanto, de uma campanha votada ao fracasso. Em África, em particular, as probabilidades de tais campanhas lançarem raízes, reduz-se de uma forma drástica. É que, como acentuou recentemente Toboco Sebina, um dos dirigentes do Congresso Nacional Africano da África do Sul, «os patriotas africanos sabem perfeitamente quem deu as armas aos racistas, quem os apoia na ONU e quem procura quebrar a todo o custo o poderoso movimento dos africanos para a liberdade, a independência e a paz. A própria experiência de irrelevantes factos históricos, gravados para sempre na memória dos homens, prova aos povos de África que a União Soviética e os outros países da comunidade socialista são amigos fiéis e um apoio sólido na luta para libertar definitivamente o continente do racismo, do colonialismo e do imperialismo».

O veto dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da França, contra o embargo do envio de armamento para Pretória, uma medida indubitavelmente justa e necessária, veto que não pode deixar de contribuir para um desmascaramento do que é o imperialismo — assume o carácter de indispensável para o sistema capitalista, quando aprofundamos as relações entre capital internacional, muito em particular da RFA, e África do Sul.

Depois do desmoronamento do domínio colonialista em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, os regimes de minorias brancas da África do Sul, Namíbia e Rodésia tornaram-se os pontos de apoio fundamentais do imperialismo e da exploração racista no continente africano. As potências que encabeçam a NATO, os EUA, a RFA, a Grã-Bretanha e a França, assim como o Japão e Israel, querem, com a ajuda preciosa do «apartheid», manter a África na esfera de influência do imperialismo. Neste campo, os círculos dirigentes da República Federal Alemã desempenham um papel especialmente activo.

Na década de 60, o equilíbrio mundial de forças permitia ainda ao imperialismo fazer afirmações que hoje naturalmente já não estão em condições de repetir. Mas que aos povos interessa relembrar. Então, Erhard, da União Democrática Cristã, declarou: «Na Alemanha Ocidental e na África do Sul existe um mesmo espírito em acção», afirmação que aliás não podemos deixar de declarar inteiramente verdadeira. E Strauss, da União Social Cristã, dizia calmamente: «O Estado político da África do Sul, só existe na parcialidade e perdidia da fantasia de alguns teóricos racistas». Hoje face à amplitude da frente mundial de luta contra o racismo, o neocolonialismo, o «apartheid», nenhum político da RFA ousaria preferir semelhantes afirmações. Mas a prática permanece inalterável. É efectiva e iniludível a responsabilidade da RFA na tenebrosa opressão de milhões de africanos, na imensa violação dos direitos humanos, na ameaçadora política de Pretória no Sul do continente africano.

No mercado capitalista, a África do Sul é o maior fornecedor de platina, o segundo maior produtor de cromo, de manganês, de antimónio e lítio. Mais: a África do

Sul possui as maiores reservas conhecidas de urânio do mundo capitalista; as maiores jazidas conhecidas de carvão de África; grandes quantidades de diamante e imensas reservas de minerais de ferro.

Dessas reservas de matérias-primas, os monopólios da República Federal Alemã cobrem 40% das suas necessidades de urânio, de que podem dispor sem qualquer tipo de controlo; 50% de cobre bruto; 54% de manganês e 85% de amianto azul.

Os maiores e mais importantes monopólios da RFA estão solidamente implantados na África do Sul, desde há muitos anos. Entre eles, os maiores consórcios da indústria química, a Farbwerke Hoechst AG, Badische Anilin e Sodafabriken, e Bayer Leverkusen, todos três sucessoras do trust IG-Farben, tristemente célebre na II Guerra Mundial; os maiores consórcios electrónicos, como a AEG/Telefunken e Siemens; os maiores bancos, como o Banco Alemão, o Banco Dresde, o Banco Comercial e a Sociedade Comercial Berlim; os mais influentes monopólios da indústria pesada de matérias-primas.

O número de empresas filiais e de filiais de organizações empresariais da RFA, na África do Sul, aumentou para mais de 400. Com isso, os monopólios da República Federal Alemã, através do deslocamento de capacidades produtivas para a África do Sul, participam directamente na exploração da população africana, inclusive dos operários de países vizinhos que se deslocam para a África do Sul. Muitas empresas da RFA pagam, na África do Sul, aos operários negros, salários de fome, sendo inferiores em 65 e até 75 por cento às tabelas oficiais. Os métodos brutais de opressão do regime do «apartheid» asseguram, também aos monopólios da RFA, lucros máximos.

Nestas condições, as inversões de capitais dos bancos e monopólios da RFA aumentam

vincadamente em África. Cerca de 20 milhões de dólares em 1965 — hoje, a biliões. O comércio externo da RFA com a África do Sul, expande-se rapidamente, a um ritmo quatro vezes superior ao do realizado com os Estados africanos independentes. Em princípios de Novembro de 1975, 30 industriais e banqueiros da RFA estiveram na África do Sul para tratar de negócios. O então presidente da União dos Empresários da RFA, Sohl, declarou que a economia da África do Sul estava, no momento, «especialmente bem apropriada para inversões maciças de capitais por parte da RFA».

DESCARDO APOIO MILITAR

A envergadura dos interesses económicos da RFA na África do Sul é assim bem evidente. Mas há também outro campo — particularmente perigoso — em que não é menor o peso dos interesses da República Federal Alemã, e do sistema capitalista de uma forma global: trata-se da efectiva aliança militar com Pretória.

Contrariamente a todos os desmentidos oficiais, nem a colaboração militar com o regime de «apartheid», a República Federal Alemã levou a efeito, desde o começo da década de 60:

— o fornecimento de armas e equipamentos militares à África do Sul, entre os quais aviões militares de transporte e helicópteros, navios de guerra, camiões pesados e armas para tanques de combate que, por exemplo, foram utilizados na invasão de território da República Popular de Angola;

— o fornecimento de licenças para a produção de armas e equipamentos;

— a produção de armas com a ajuda das filiais sul-africanas de monopólios da RFA;

— a produção e desenvolvimento de gases venenosos e substâncias químicas de combate, nas filiais correspondentes dos monopólios da RFA;

— finalmente, a colaboração atómica militar, que colocou hoje a África do Sul em condições de produzir armas nucleares próprias.

Paralelamente ao fornecimento directo de armas dos mais diversos tipos, os monopólios da RFA asseguram ajuda técnica e científica, nomeadamente na pesquisa e produção de foguetes, no desenvolvimento e produção de

gases nervosos e venenosos, na construção da indústria aeronáutica sul-africana e no desenvolvimento de armas atómicas.

A ajuda da RFA processa-se em grande parte de uma forma directa e pouco discreta: através das suas mais de 400 filiais em território sul-africano. Estas filiais produzem, em cada ramo industrial, tudo o que é importante para o equipamento do Exército, e já assumiram, nas esferas respectivas, posição monopolista como fornecedores do Exército.

Assim, por exemplo, «especialmente do trust IG-Farben, que antes haviam produzido o famigerado gás da morte «Zyklon B», para os campos de concentração nazis, produzem hoje, secretamente, nas empresas da Farbwerke Hoechst AG, na África do Sul, combinações de gases venenosos, Tabun, Soman e Sarin, que, lançados de avião como insecticidas, teriam o mesmo efeito de uma bomba atómica de 20 megatons.

Um aspecto especialmente perigoso da colaboração militar entre a RFA e a África do Sul é a participação na pesquisa nuclear militar. Foi para poder dispor de um potencial nuclear que os dois países assinaram o tratado sobre a não-proliferação de armas nucleares, não aceitando qualquer controlo ou limitação no campo da pesquisa nuclear e utilização ou venda de matérias-primas nucleares.

Além da República Federal Alemã, também os Estados Unidos da América, a França e Israel participam no armamento nuclear do regime de Pretória. A produção de armas nucleares na África do Sul é evidentemente extensiva a outros países amigos ou aliados da ditadura de Pretória, o que torna ainda mais grave e ameaçador a realidade desta potência nuclear fascista em África.

As armas nucleares produzidas na RFA com a ajuda determinante da RFA não servem só o próprio regime de Pretória. Servem, directa e indirectamente, os interesses do imperialismo mundial.

Os factos são inequívocos e deixam bem claro que interesses são defendidos pelas manobras de capital internacional. A que se devem os esforços de criação de governos fantoches menos marcados pelo legítimo ódio dos povos. A que se devem os vetos do EUA, da França, da Grã-Bretanha, no Conselho de Segurança da ONU.

ANO NOVO VIDA NOVA

Ler, assinar e divulgar o Avante!... é divulgar a orientação ideológica do Partido Comunista Português

E atenção com o aumento de preço do Avante! Concedemos o desconto de 10% aos novos assinantes até à data de aniversário do Avante! oferecemos a edição «OS ESTATUTOS DO PCP» aprovados no VIII Congresso de Novembro de 1976.

Formulário de inscrição com campos para Nome, Morada, Localidade, Freguesia, Profissão, Concelho, Distrito e Esc.º

NOVA TABELA DE ASSINATURAS (50 NÚMEROS)

Tabela com 2 colunas: País/Região e Preço (VIA NORMAL e VIA AÉREA)

Revista Internacional - A venda nos Centros de Trabalho do PCP - problemas da paz e do socialismo - Neste número: T. JIVKOV, A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DOS PARTIDOS IRMÃOS, FACTOR DECISIVO PARA A PAZ. G. KWIATOVSKI, O CAPITALISMO E A JUVENTUDE. J. SOARES, O CONCURSO DA HISTÓRIA E A VIDA NA AMÉRICA LATINA NO MOMENTO ACTUAL.

SEMANA INTERNACIONAL

MAIDANA LIBERTADO - MAIS UMA VITÓRIA CONTRA O FASCISMO!

As prisões do ditador fascista Alfred Strossener abriram-se finalmente para António Maidana, presidente do Partido Comunista do Paraguai, Julio Rojas e Alfredo Acorta, membros do Comité Central, e Ananias Maidana Palacios, igualmente militante comunista.

Os três dirigentes comunistas tinham sido presos em 1958, quatro anos depois de Strossener ter assumido o poder. O camarada Maidana nunca foi julgado. Julio Rojas e Alfredo Acorta, julgados e absolvidos no próprio ano da sua prisão, permaneceram encarcerados até agora.

A libertação de Maidana e dos seus companheiros reveste-se de particular significado, num dos países do mundo em que é mais violenta a repressão fascista. Trata-se de uma importante vitória das forças progressistas da América Latina e de todo o mundo, que se têm empenhado numa persistente campanha pela libertação destes dirigentes comunistas, pela libertação de todos os presos políticos, pela democracia, contra o fascismo. É um reflexo das crescentes dificuldades que os regimes fascistas encontram, pelo aprofundamento da luta dos povos dos respectivos países, num panorama internacional cada vez mais desfavorável a uma política de Estado terrorista, baseado no primado da repressão.

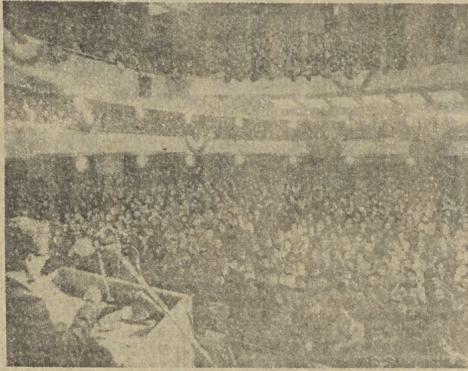
A libertação dos dirigentes do Partido irmão do Paraguai, é uma vitória muito importante das forças progressistas, a que há de somar uma outra, que assume grande importância na defesa da vida dos patriotas que caem nas mãos dos esbirros de Strossener — o conhecimento do paradeiro dos presos políticos.

Durante longos anos, ser preso pela polícia de Strossener, equivalia ao desaparecimento. Não havia quaisquer informações sobre os presos políticos. O camarada Maidana, e os camaradas Julio Rojas e Alfredo Acorta estiveram muito tempo na qualidade de "desaparecidos".

Os "desaparecidos" ficam inteiramente nas mãos dos esbirros fascistas que actuam com completa liberdade de movimentos. Tornar alguém irreconhecível pela tortura deixa de constituir problema, e portanto freio ao desencadear da violência. O assassinato escapa a qualquer controlo do povo, das forças progressistas, e pode multiplicar-se até à rotina. Este um dos problemas muito sentidos em países fascistas. Este um dos problemas para que o camarada Luis Corvalán chama particularmente a atenção mundial.

A batalha contra a repressão fascista é um elemento importante da luta contra o fascismo. Momentos há em que é mesmo o aspecto determinante da luta contra o fascismo. Os exemplos de Luis Corvalán e de Maidana, libertados pela força da solidariedade internacional, unida à luta dos povos do Chile e do Paraguai, atestam da importância, do peso dessa solidariedade e dessa luta. O que não pode deixar de constituir um poderoso incentivo à luta de todas as forças progressistas do mundo contra o fascismo, contra a repressão.

Porque muitas centenas de comunistas e outros patriotas enchem as prisões do Chile, do Paraguai, do Brasil, de todos os países onde o fascismo impera, a luta contra a repressão fascista tem que prosseguir. E intensificar-se. Para que novas vitórias sejam alcançadas.



O camarada Berlinguer, falando perante 2 mil comunistas reunidos numa assembleia, a semana passada, em Milão

Itália: PROPOSTA GOVERNAMENTAL CONTESTADA PELO PCI

Dentro do clássico conceito de medidas de austeridade, unanimemente adoptado por todo o mundo capitalista, o governo italiano aprovou medidas de contenção salarial, que correspondem a um congelamento parcial de salários, tendo sido simultaneamente anunciado um aumento de preços do óleo de cozinha, vestuário e outras mercadorias. Cerca de um milhão de trabalhadores italianos ficarão privados de aumentos salariais relativos ao custo de vida. Por outro lado, entre as medidas anunciadas pelo governo, está prevista a passagem de muitos encargos com a segurança social (actualmente a recaem sobre o patronato) para o contribuinte, isto é para os trabalhadores.

O pretexto invocado pelo governo, é a competitividade da indústria italiana. O combate à inflação, com uma taxa de 20%, bem como ao altíssimo nível de desemprego (cerca de 10% da população activa) — não entra nas contas do governo minoritário italiano. O Partido Comunista Italiano e o Partido Republicano Italiano (pequeno, mas influente em certos meios da burguesia liberal) manifestaram-se decididamente contra as medidas previstas.

É possível que tais medidas venham a ser derrotadas no Parlamento. O que atesta da profunda fragilidade de um governo minoritário. A impossibilidade, no actual contexto político italiano, de impor outras medidas, de acordo com os interesses das massas trabalhadoras e do país, criará de novo o vazio na solução de problemas, característico de situações indefinidas e insustentáveis.

QUEM SÃO OS DISSIDENTES?

A imprensa jugoslava, nomeadamente o órgão central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, e o semanário "Komunist", acusa os países capitalistas de tentarem envenenar a atmosfera das relações políticas, atardeando uma falsa supressão de liberdades humanas e direitos civicos nos países socialistas, com vista a criar dificuldades aos debates da segunda fase da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, que se efectuará em Belgrado no próximo mês de Junho.

Em reunião recentemente realizada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Económica Europeia, ficou bem claro ser essa a intenção fundamental da campanha caluniosa que tem vindo a ser dirigida contra o mundo socialista. Os ministros concordaram num ataque sistemático à União Soviética, em torno da falsa questão das liberdades humanas e procuram forjar uma atitude conjunta a apresentar no encontro de Belgrado.

Entretanto, o aparelho propagandístico e de mistificação vai esforçando-se por criar o ambiente propício que dá a cobertura desejada à posição coberta dos ministros dos países capitalistas no encontro de Belgrado. Objectivo — levantar novas dificuldades a passos decisivos nos caminhos da paz. Fala-se de "direitos humanos", para se evitar falar de orçamentos para armas, por exemplo.

Para se fazer uma ideia da «amplitude» que assume o problema imaginado nas centrais de provocação do imperialismo podem ser referidos alguns dados sobre os dissidentes.

Numa entrevista a correspondentes estrangeiros, actividade particularmente cara a todos os dissidentes, Sakharov, frequentemente considerado «líder dos dissidentes soviéticos» declarou: «Não somos mais de trinta». A população da União Soviética é de 255 milhões. Nem a calúnia repetida da mais violenta repressão poderia levar a percentagem tão ridícula. O exemplo dos patriotas que se batem contra os regimes fascistas é concludente.

Isto dá-nos a primeira imagem de uma questão fabricada, porque

a sua pequenez não justificaria uma única referência.

Um outro aspecto — quem são os dissidentes?

Há os casos de crimes do delito comum promovidos à categoria de dissidência em relação ao regime soviético, como é o caso de Stern, que se dedicava à especulação com medicamentos raros. Somam-se a essas as poucas dezenas dos que atacam o sistema socialista. E o sistema socialista, naturalmente, defende-se.

O que se passa é que não é fácil atacar o socialismo. Nos países capitalistas, organizam-se e esclarecem-se as massas trabalhadoras, que têm razões de sobra para se sentirem motivadas na luta contra um regime de exploração. Os obstáculos que surgem nessa batalha são a mistificação ideológica, levada a cabo pela imprensa burguesa, de que o anticomunismo e o anti-soviétismo são pedra base, assim como a violência repressiva. O que, aliás, como todos sabemos, não impede a criação de fortes partidos comunistas e outras organizações progressistas.

Erguer mais de trinta pessoas contra o sistema socialista, é tarefa bem mais difícil. Como atacar o poder que está nas mãos dos trabalhadores? É aí que se inicia a actividade provocatória do imperialismo. A maioria dos dissidentes soviéticos estão directamente ligados à NTS, organização subversiva, radicada no estrangeiro, que vive das instruções do imperialismo e do dinheiro dos meios stonistas reaccionários.

A NTS foi criada por latifundiários e capitalistas fugidos da Rússia e pelos seus acólitos da Rússia e pelos seus acólitos entre os guardas brancos que combateram, pelas armas, o sistema soviético. Posteriormente esta organização tornou-se o refúgio para os traidores à pátria, todos aqueles que durante a Segunda Grande Guerra Mundial colaboraram com o invasor nazi. Este o partido dos «mártires da liberdade», o partido dos que optam pelo campo do imperialismo.

Em Belgrado, a CEE esforçar-se-á por os apresentar como a «demonstração» da ausência de «liberdades» nos países socialistas.

UMA BATALHA DURA E DIFÍCIL QUE O POVO ESPANHOL VENCERÁ

A Espanha é hoje diariamente cenário de uma luta, que se agudiza, pela democracia, de há muito negada ao povo espanhol.

Apesar dos esforços da extrema-direita para evitar qualquer alteração radical da situação; apesar da evidente ameaça de golpes militares da extrema-direita; apesar de uma política governamental que tenta equilibrar uma fachada democrática com o mínimo de alterações na estrutura legada por Franco — a evolução política do país atesta que o equilíbrio de forças entre aqueles que representam o futuro de Espanha, e a direita, tende a alterar-se em favor dos que defendem a democracia.

Formalmente, em Espanha,

continuam em vigor quase todas as leis proclamadas pelo ditador Franco. Na prática, a vida, a luta do povo espanhol, está a anulá-las.

É esta realidade que preocupa profundamente o fascismo espanhol, que se sente incapaz de lhe pôr um travão, e recorre aos mais variados métodos: o sonhado golpe militar de extrema direita; as prisões entre elementos progressistas e democráticos, para evitar «o risco de agitação social nestes meses que faltam para as eleições»; como comenta o «Informaciones», diário considerado afecto ao governo; a escalada terrorista com a reacção de grupos fascistas, nomeadamente da Aliança Apostólica Anticomunista, com que se tenta criar um clima de intimidação, multiplicando atentados mortais e ameaças, promovendo manifestações provocatórias, como a organizada durante o funeral dos polícias assassinados.

O FASCISMO INTERNACIONAL AGE EM ESPANHA

A participação activa de estrangeiros, de diversas organizações fascistas, nomeadamente italianas, no processo espanhol, atesta da preocupação com que o imperialismo está a seguir a evolução dos acontecimentos em Espanha, a dificuldade crescente em impor uma imagem

democrática que não corresponde à realidade prática, e que entretanto a Europa capitalista coloca como uma exigência, para não surgir comprometida, no continente, com um regime fascista.

A medida que o controlo da situação escapa, a nível nacional e internacional das mãos da reacção, cresce a preocupação nos meios do capital europeu. Tal como em Espanha, muito frequentemente são os mesmos que por detrás duma fachada democrática, sem mais consequências, claro está) pagam e organizam o terrorismo dirigido contra elementos e organizações de esquerda. O grande capital tem dificuldades na escolha do caminho a adoptar. Enslava vários. Mas não tem já a iniciativa na escolha do que deseja.

As questões que estão a ser colocadas pela oposição espanhola, para debate oficial, mesmo não encontrando eco, são por si significativas: a legalização das centrais sindicais espanholas e desmantelamento da actual organização sindical, legalização de todos os partidos políticos de oposição, nomeadamente do Partido Comunista, o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, o debate da problemática das regiões espanholas que têm língua e cultura próprias, a dissolução do «Movimiento», partido único franquista, a insistente exigência de amnistia para todos os presos políticos.

Por outro lado, a pressão das forças progressistas tem a sua concretização em factos, o que atesta da sua envergadura. A exigência das forças de esquerda, nomeadamente das «Comisiones Obreras», pela libertação dos democratas presos após a suspensão de alguns dos direitos consignados no Fuero, acabou por ser concretizada. Apesar disso os esforços na detecção dos terroristas de direita são nulos.

A despeito da complexidade da situação, a direita espanhola e europeia tem razões de sobra para estar preocupada. Não lhe são favoráveis os ventos que sopram de Madrid. E a nível do continente, apesar da dificuldade das forças progressistas, apesar da resistência encarniçada e provocatória do imperialismo, esboçam-se as linhas de novas vitórias das forças democráticas. E uma Espanha democrática, lado a lado com Portugal, onde a reacção não conseguiu esmagar as conquistas revolucionárias, apesar de ataques persistentes e bem apoiados em estruturas de Estado, seria um grande passo para uma alteração radical da fisionomia política da península Ibérica.

O povo espanhol travá uma batalha dura e difícil, enfrentando a direita. As derrotas da reacção em Espanha são derrotas da reacção em Portugal. As vitórias do povo espanhol são vitórias do povo português.



O funeral dos quatro advogados e um trabalhador comunistas, barbaramente assassinados em Madrid por um comando fascista, constituiu uma impressionante manifestação de pesar, em que participaram cerca de 200 mil pessoas



4 DE FEVEREIRO DE 1961: A DATA DE UM POVO

Foi em Fevereiro de 1961, mais propriamente no dia 4, que eclodiu, na Angola colonizada pelo fascismo português, e, mais tarde quase integralmente vendida aos interesses do imperialismo inaque, a guerra de libertação. Começava então a luta armada contra a opressão colonial, luta que iria durar mais de 13 anos e iria exigir sacrifícios sem fim aos verdadeiros filhos do povo angolano.

Fundado em 10 de Dezembro de 1956, o MPLA vem congregar as aspirações de todo o povo no desejo de acabar definitivamente com a colonialismo. O ataque à cadeia da PIDE em Luanda, a 4 de Fevereiro de 1961, teve como objectivo libertar os patriotas presos que sofriam às mãos dos lacaios assassinos do fascismo pelo único «crime» de pretenderem a liberdade para a sua pátria.

A repressão selvagem ordenada pelo regime colonial não se fez tardar, repressão essa que ultrapassou tudo o que até então fora feito, repressão que nunca parou até à data libertadora do 25 de Abril de 1974.

Nem mesmo a dificuldade da luta (nas ex-colónias portuguesas a vida de um patriota não tinha o mínimo valor e podia ser suprimida

em Novembro de 1974, o MPLA lutou sempre para "garantir a unidade de todos os angolanos, reforçar a união e entreajuda fraternal" e "opor-se a toda a tentativa de divisão do povo angolano".

Resoluções estas que foram cumpridas. E a palavra de ordem que se fazia ouvir desde as matas (onde os guerrilheiros se recolhiam entre as sortidas) até às cidades — "A vitória é certa! A luta continua!" — é já uma realidade, muito embora a luta, agora, continue noutros sectores.

Os que em 4 de Fevereiro de 1961 avançaram para a primeira linha de combate não o fizeram em vão. A República Popular de Angola que hoje se constrói, com sacrifícios e alegrias, é a prova mais real de que valeu a pena lutar pela libertação do povo angolano.

Pequenas notícias

- Realizou-se em Dublin o congresso da Sinn Féine ("oficial"). Foi decidido que doravante esta organização passará a chamar-se Partido Operário. A resolução política do congresso proclama, como tarefa fundamental do Partido lutar pelo futuro socialista do país por meios pacíficos e democráticos. Depois de ter destacado que o imperialismo é a fonte de todos os problemas da Irlanda, o congresso declarou que o partido condena os métodos terroristas de luta na Irlanda do Norte e o emprego da violência militar, por parte das autoridades inglesas, para esmagar o movimento popular. Conforme foi sublinhado no Congresso, só através da via socialista é possível acabar com o desemprego, a crise económica e a deterioração do nível de vida.
- Os trabalhadores franceses prosseguem a sua luta contra o "Plano Barre", que implica um conjunto de medidas económicas profundamente lesivas dos seus interesses. O processo de luta dos trabalhadores do sector público começou no dia 25 do mês passado e envolveu a participação de professores, trabalhadores dos serviços
- camarários e de gás e electricidade, funcionários da companhia "Air France". Os trabalhadores das minas de carvão fizeram também uma greve de 24 horas, assim como os do metropolitano de Paris.
- Ganha envergadura o movimento grevista no RFA contra a política dos monopólios que recusam satisfazer as reivindicações do sindicato dos metalúrgicos. O sindicato exige que sejam melhoradas as condições de trabalho e que os salários sejam fixados de acordo com a constante alta de preços. Apenas num único dia, 50 mil operários de empresas metalúrgicas e construções mecânicas tomaram parte em greves em Hesse e em Badenwurttemberg.
- O governo britânico projecta encerrar de 25 a 30 escolas normais, como medida de austeridade. Como se sabe, o Fundo Monetário Internacional concedeu recentemente à Grã-Bretanha um empréstimo, em que uma das condições era a redução das despesas com as actividades sociais, nomeadamente o ensino. Este o preço dos empréstimos condicionados.

O CAMINHO DIFÍCIL DA REVOLUÇÃO ETIOPE

Na plêiade de países que nos vários continentes abrem difícil caminho de uma via progressista, assiste-se ao agudizar da luta de classes, a tentativas desesperadas da reacção para anular os processos revolucionários em curso. Com frequência, nos esforços de demolição das conquistas revolucionárias, batem-se lado a lado partidos e elementos da direita, partidos e elementos que se classificam como maioistas, normalmente criados ou manejados pela CIA.

Há apenas alguns dias, Sekou Touré denunciou as tentativas do imperialismo em África, para tentar inverter a situação nas zonas progressistas do continente.

Mas o exemplo mais significativo da última semana, é o da Etiópia.

A Etiópia viu nestes últimos dias derrotada uma conspiração imperialista, em que estavam imbricados elementos militares e dois partidos políticos — a União Democrática Etiope, de direita, e o chamado Partido Revolucionário do Povo Etiope, classificado de maioista, e frequentemente identificado com a CIA. Entre os conspiradores, acusados de retardarem os direitos democráticos, encontravam-se oficiais com uma posição particularmente destacada no aparelho de Estado, nomeadamente no Conselho Administrativo Militar Provisório (CAMP) da Etiópia, incluindo o seu presidente.

O destaque dos oficiais envolvidos na conspiração contra as conquistas revolucionárias do povo etiope, a própria utilização da tribuna de uma manifestação de apoio às medidas progressistas governamentais para dar o sinal ao PRPE no sentido de se preparar para o golpe — atestam da complexidade dos acontecimentos e dos caminhos seguidos pelas conspirações alimentadas pelo imperialismo.

O assassinato do secretário permanente do Ministério da Cultura, Desportos e Juventude, parece ter sido o primeiro degrau de uma conspiração que veio a ser desmantelada no próprio momento em que se tentou afirmar, através de um tiroteio no interior do quartel-general. Esse primeiro acto da intenção foi levado a cabo por elementos do PRPE, organização fundamentalmente constituída por estudantes e funcionários públicos, que se tem distinguido no ataque a elementos das

organizações populares de base e nos apelos à sabotagem económica por parte dos camponeses.

No último dia de Janeiro, Adis-Ababa, capital da Etiópia, tinha tido as suas ruas coalhadas de centenas de milhares de pessoas. Centenas de milhares de trabalhadores das cidades, de camponeses, funcionários do Estado, estudantes e destacamentos da milícia popular. Gente que juntava as bandeiras vermelhas e as bandeiras nacionais, que gritava "Abaixo o imperialismo americano", "Abaixo os contra-revolucionários e os agentes da CIA", "A reacção não passará", "A revolução vencerá". Gente que veio para apoiar as medidas progressistas do CAMP contra as manobras da reacção, que veio exigir o avanço do processo revolucionário.

Contraditoriamente, alguns dos que então falaram à manifestação popular, que fizeram apelos à unidade de todas as forças progressistas, que chamaram a atenção para a reacção dos elementos reaccionários que resistem às transformações socio-económicas fundamentais, estavam de facto com a conspiração manobrada pelo imperialismo. As suas palavras não correspondiam ao que eles próprios pensavam e queriam, mas ao que a manifestação de massas na sua frente exigia.

Este um facto que em nada retira à manifestação popular de massas a sua grandiosidade, o seu claro significado. A mensagem que vem dessa manifestação, a determinação na defesa das conquistas revolucionárias e no seu aprofundamento, e no combate à reacção, mantém-se como a tônica de um dia em que se reafirmou a prontidão em dar a resposta eficaz à maquinação externa e interna que pretende desviar a Etiópia do caminho por que optou. "A Etiópia não será um novo Chile" — foi afirmado pelos manifestantes. A derrota do golpe da reacção concretiza essa determinação.

O processo revolucionário etiope tem tido um caminho difícil e por vezes contraditório e sinuoso, como o atesta a sociedade o próprio facto de altas patentes do CAMP estarem vinculadas objectivamente com as forças da reacção. Os acontecimentos destes últimos dias deverão funcionar como clarificador da situação, abrir caminhos mais amplos à via progressista escolhida e apoiada pelo povo etiope.

DOIS COSMONAUTAS SOVIÉTICOS NO ESPAÇO

A União Soviética lançou para o espaço, no início desta semana, a nave "Soyuz-24", com dois cosmonautas a bordo: o coronel Viktor Gorbatko (comandante de voo) e o tenente-coronel Yuri Glazkov, (engenheiro de voo).

O objectivo desta missão no espaço, cujo programa estabelecido tem vindo a ser integralmente cumprido, é a continuação dos estudos e experiências técnico-científicas com a estação "Salyut-5", iniciados no dia 7 de Julho de 1976, no voo conjunto da nave "Soyuz-21" com aquela estação espacial.

Gorbatko e Glazkov sentem-se bem, e os sistemas de bordo da "Soyuz-24" têm funcionado normalmente, pelo que se espera um novo êxito soviético na exploração do cosmos.

De salientar que o laboratório "Salyut" recebeu os dois tripulantes da missão "Soyuz-21", os quais passaram a maior parte de Julho e Agosto de 76 a bordo, conduzindo experiências. O último voo tripulado por astronautas da URSS terminou em 17 de Outubro do ano passado, quando a "Soyuz-23" regressou a Terra, após uma missão coroada de êxito. Em 1975, os dois cosmonautas da "Salyut-4" permaneceram no espaço 63 dias, tendo realizado diversas experiências, que assinalaram um grande avanço na exploração do espaço para fins pacíficos.

MEDALHA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DO Avante!

Para a campanha dos 50 mil contos Tiragem limitada

Faça a sua reserva já, nas Populares Livrarias CDL ou na CDL - Departamento de Venda directa.

III CONGRESSO DA FRELIMO: PASSO DECISIVO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA VITÓRIA POPULAR

O III Congresso da Frelimo constituiu um marco decisivo para a consolidação da vitória do povo moçambicano. No último dia do Congresso foi eleito o novo Comité Central do novo partido agora criado, segundo os princípios do marxismo-leninismo, e o camarada Samora Machel foi eleito para primeiro presidente do Partido. Entretanto, a delegação do PCP convidada a assistir aos trabalhos do Congresso, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Costa, foi alvo de calorosas manifestações de amizade por parte do povo moçambicano.

No Congresso que agora terminou, a participação generalizada de todos os trabalhadores na discussão das teses permitiu as importantes decisões que tanto a nível político, como económico e social, vão permitir ao povo da República Popular de Moçambique e à sua vanguarda revolucionária construir um país que, libertado do colonialismo pelo esforço abnegado do seu povo, se lança agora na grande luta para a edificação da sociedade socialista.

O III Congresso da Frelimo constitui mais uma etapa percorrida pelo povo moçambicano na construção do seu futuro. Livre do opressor colonial, nem por isso menores dificuldades se separaram ao povo moçambicano na edificação de uma sociedade justa a que a Frelimo se propunha, pois o inimigo declarado de ontem — o colonialismo português — depressa foi substituído por inimigos não menos feroces do povo moçambicano, logo após a independência, na mira de conseguir estabelecer um regime neocolonial para que as regalias dos monopólios se mantivessem à custa da exploração dos trabalhadores. Mas a confiança e a determinação da maioria do povo moçambicano, apoiado pela sua vanguarda revolucionária — a Frelimo — esmagou as intenções dos seus inimigos e hoje a luta desenrola-se noutras frentes.

O III Congresso da Frelimo, como as suas resoluções o atestam, teve em conta as actuais realidades do país e do seu povo. Pode considerar-se como um marco histórico exaltante

ÁLVARO CUNHAL RECEBIDO POR LÚCIO LARA
Na sua viagem para Maputo, a fim de assistir aos trabalhos do III Congresso da Frelimo, a delegação do PCP passou por Luanda, capital da República Popular de Angola. Álvaro Cunhal foi recebido pelo camarada Lúcio Lara, secretário do Bureau Político do MPLA, e outros membros da Direcção do MPLA. Na oportunidade, o secretário-geral do PCP concedeu uma entrevista aos órgãos de informação angolanos.

a resolução do III Congresso da Frelimo de criar o Partido marxista-leninista. Após aprovação por aclamação, a "Internacional" foi escutada em toda a sala com profunda emoção e adesão extraordinária por parte de todos os congressistas. Em seguida procedeu-se à aprovação do programa e dos estatutos do novo partido e à definição da via que permitirá edificar na República Popular de Moçambique as bases material e técnica do socialismo.

Totalizando 337 delegados, dos quais 48 mulheres, sendo 249 eleitos nas 10 conferências provinciais e diversos organismos da Frelimo (79 operários, 54 camponeses, 50 elementos de defesa e segurança e 66 trabalhadores de outras profissões), 56 quadros do partido e 32 membros do Comité Central e da Comissão Executiva cessantes, há já longo tempo que a realização do Congresso vinha sendo preparada. Estiveram presentes ainda 53 convidados nacionais. Em todos os locais se discutiram as teses, por toda a parte o povo moçambicano fazia ouvir a sua opinião, contribuindo assim para o trabalho do Congresso.

O III Congresso da Frelimo é o primeiro desde que a República Popular de Moçambique se tornou independente, a 25 de Junho de 1975. Os seus trabalhos iniciaram-se a 3 de Fevereiro, data dos heróis da luta de libertação, evocando o assassinio pela Pide de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo.

Há muito que a cidade do Maputo demonstrava uma actividade febril, profusamente decorada com bandeiras vermelhas e grandes pinturas murais que grupos de jovens tomaram a seu cargo.

Assistiram aos trabalhos do Congresso 39 representações de partidos irmãos e organizações políticas fraternas, entre as quais a delegação do PCP, composta pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral e o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Justificando o interesse que o recente Congresso da Frelimo

despertou e de assinalar a presença de numerosos representantes dos órgãos de Informação de vários países que se deslocaram à capital da RPM para assegurarem o noticiário dos trabalhos do Congresso.

No extenso relatório apresentado no início do Congresso pelo Comité Central da Frelimo e lido pelo presidente Samora Machel salienta-se a dada altura:

"Iniciámos uma longa etapa histórica, que se estenderá, provavelmente, às duas próximas décadas. São profundas as transformações que temos de imprimir à nossa sociedade, são muitas as tarefas que enfrentamos, é dura e prolongada a tarefa que aceitamos travar para construir o socialismo."

Para atingir este objectivo é posta em relevo a criação do Partido que, fundamentando-se nos princípios do marxismo-leninismo, manterá a denominação de Frelimo, tendo em conta o significado das nossas tradições históricas de luta."

No Partido agora criado e ao contrário da Frente, onde tinham lugar todos os anticolonialistas, só serão admitidos os trabalhadores mais conscientes, além de todos os trabalhadores e intelectuais revolucionários, para que o Partido esteja intimamente ligado às classes trabalhadoras e as conduza na construção do socialismo. No seio do Partido o centralismo democrático será a forma fundamental de organização e de trabalho. As teses revisionistas burguesas e pequeno-burguesas são rejeitadas e o marxismo-leninismo é o instrumento ideológico.

Entretanto, no plano da política externa, durante o Congresso foram salientados os seguintes pontos: desenvolvimento da solidariedade e cooperação com os países socialistas; fortalecimento da cooperação com os países africanos; luta contra o colonialismo e o racismo e pelo socialismo; apoio aos movimentos de libertação nacional; aplicação das decisões da Conferência de Helsinquia; e reforço da unidade do movimento revolucionário mundial.

"Ofensiva generalizada na frente da produção", foi a direcção da luta apresentada pelo vice-presidente Marcelino dos Santos, ao iniciar uma das sessões do Congresso. Aliás, um dos objectivos principais do plano de directivas económicas apresentado ao Congresso consiste em atingir os índices de produção alcançados em 1973, assim como os índices de produtividade desse mesmo ano (recorremos que para a deterioração desta situação contribuiu decisivamente a atitude sabotadora de muitos colonialistas que não se pouparam na sua ânsia de causar os maiores prejuízos ao novo Estado).

Na primeira fase apresentada pelo plano, que pormenoriza as quantidades de produção a alcançar nos principais sectores da economia, a agricultura é considerada de interesse primordial tendo em conta que é o sector que mais rapidamente permitirá à RPM sair de uma situação de dependência económica. De acordo com esta directriz foi abordada a necessidade de se acelerar a construção de aldeias comunais e cooperativas para o que será incrementada a ajuda estatal.

Ainda no campo das directivas económicas aprovadas pelo III Congresso da Frelimo é contemplada uma segunda fase dedicada à criação e desenvolvimento da indústria pesada, pelo que se dará particular atenção ao aumento contínuo da produção e da produtividade em todos os sectores da vida económica, o que implica: mobilização política e organização dos trabalhadores nas unidades de produção e responsabilidade no controlo operário da produção; formação de quadros para assegurar a direcção e gestão económica das empresas; estabelecimento da emulação socialista; aproveitamento racional dos recursos naturais e meios de produção; planificação científica da economia; apoio à produção colectiva sob a forma de cooperativa; desenvolvimento das aldeias comunais; desenvolvimento e consolidação de um sector estatal que determine e domine o processo económico; e desenvolvimento das relações económicas com todos os países.

As intervenções ao Congresso dos delegados operários e camponeses vindos das mais diferentes regiões da República Popular de Moçambique foram um retrato vivo do empenhamento do povo trabalhador na nova batalha que travam. Entretanto, o III Congresso da Frelimo premiu 32 unidades de produção que, correspondendo à palavra-de-ordem "ofensiva generalizada na frente da produção", mais se destacaram.

ELEITO O NOVO CC
Por unanimidade e acompanhados por prolongadas salvas de palmas, foram aprovados no último dia do Congresso os estatutos e o programa do Partido de

nosso Partido passaram, no conjunto, quase 400 anos nas prisões fascistas. Reciprocamente, a Frelimo sempre foi solidária para com as forças progressistas de Portugal.

A Revolução portuguesa e a Revolução moçambicana reforçaram os laços fraternais e a solidariedade recíproca entre os nossos dois povos e os nossos dois partidos. E criaram também condições básicas para o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação entre os dois Estados, sempre observados os princípios da igualdade, do respeito mútuo dos interesses, da não ingerência nas questões internas e do respeito pela independência e soberania nacionais.

Hoje, como outrora, são os mesmos os inimigos do Povo português e do Povo moçambicano, da Revolução moçambicana e da Revolução Portuguesa.

Hoje, como outrora, é plena a identidade de interesses dos trabalhadores de Moçambique e de Portugal. Estamos absolutamente certos de que nesta base, na base de comunidade de interesses dos trabalhadores dos dois países, se fortalecerão mais os laços de amizade, de cooperação e de solidariedade recíprocos.

Viva o III Congresso da Frelimo, partido de vanguarda das classes trabalhadoras de Moçambique!

Viva a República Popular de Moçambique, a caminho da democracia popular e do socialismo!

Viva a amizade entre a Frelimo e o PCP, entre o Povo moçambicano e o Povo português!

Viva a unidade das forças anti-imperialistas!

Viva o internacionalismo proletário, inspirador da amizade fraternal e da solidariedade de combate dos trabalhadores e dos povos de todo o Mundo.

Vanguarda da Aliança Operário-Camponesa. Nesse mesmo dia foi igualmente eleito o novo Comité Central, alargado, que passa a contar com 67 membros.

Samora Machel foi eleito primeiro presidente do Partido ao mesmo tempo que passa a existir um Comité Central com uma maior representação de operários, camponeses e intelectuais revolucionários.

No prosseguimento dos trabalhos foram eleitos os elementos para as novas estruturas do Partido, nomeadamente para o Comité Político, para o Secretariado do CC e para a Comissão de Controlo.

Das várias mensagens dirigidas ao Congresso, destacamos a enviada pelo CC do PCUS, em que se afirma:

Queridos camaradas! O Comité Central do PCUS envia calorosas saudações aos delegados do III Congresso da



O camarada Samora Machel, presidente da Frelimo, partido-irmão do PCP, destacamento de vanguarda da aliança operário-camponesa e do povo da República Popular de Moçambique

Frelimo — o vanguarda revolucionária do Povo Moçambicano. Nos difíceis anos da dominação estrangeira e da luta de libertação nacional, a Frelimo levantou bem alto a bandeira da liberdade e conduziu o povo moçambicano até à gloriosa vitória sobre os colonialistas. Hoje, os trabalhadores de Moçambique, sob a direcção da Frelimo constroem a nova vida. Resistem decididamente contra todas as investidas do imperialismo, neocolonialismo e racismo, defendem firmemente os ideais da paz e do progresso social.

Os comunistas e todos os cidadãos soviéticos desejam ao III Congresso da Frelimo êxito no seu trabalho e expressam a sua convicção de que as relações de amizade e solidariedade estabelecidas entre os nossos Partidos e Povos durante a luta contra o colonialismo irão, também de futuro, fortalecer-se e desenvolver-se.

DISCURSO DE SAMORA MACHEL
No discurso final, que encerrou o III Congresso da Frelimo, o camarada Samora Machel recordou que a independência trouxera "novas formas de luta, em que visámos a liquidação de todas as formas de exploração no nosso país. A luta de libertação ganhou um conteúdo revolucionário. A partir de 1969 forma-se o embrião do partido que hoje somos. O marxismo-leninismo é tudo quanto aprendemos ao longo do nosso processo, somado ao que aprendemos com a luta dos outros povos do mundo".

Referindo-se à restituição da terra ao povo e às nacionalizações frisou que estes dois factores vibraram "um rude golpe não só nos interesses da burguesia colonial remanescente como nas ambições da burguesia interna. O nosso Governo popular, sob a orientação da Frelimo, toma as medidas necessárias para combater as sabotagens económicas, para garantir um funcionamento dos sectores principais da nossa economia e o abastecimento das populações".

Depois de ter salientado todo o trabalho efectuado para o III Congresso, com as assembleias realizadas em todas as províncias, o que permitiu a eleição democrática de todos os delegados e garantiu a importante participação popular, o camarada Samora Machel referiu-se a seguir à criação do Partido de Vanguarda da Aliança Operário-Camponesa, afirmando:

"Estão aqui os representantes mais conscientes das classes trabalhadoras do nosso país, aqueles que se distinguiram na organização das melhores forças que aceitaram dedicar os maiores esforços à causa da nossa Revolução, aqueles que melhor compreenderam a necessidade dos sacrifícios, aqueles que melhor assumiram os novos valores."

Participam também os representantes das Forças Populares de Libertação de Moçambique, braço armado do povo, que defendem com o seu próprio sangue a pátria e a Revolução, mantendo bem vivas as tradições gloriosas da luta de libertação."

Mais adiante, recordando que o "marxismo-leninismo, ideologia científica do proletariado, é a luz que ilumina o caminho de todas as revoluções", o camarada Samora Machel acrescentou:

"Enriquecido com a experiência da nossa luta, ele é a arma teórica fundamental dos operários

e camponeses moçambicanos, apontada directamente ao coração do capitalismo e do imperialismo para a construção da sociedade socialista no nosso país."

"Quando falamos em partido de vanguarda — continuou o camarada Samora Machel no seu discurso de encerramento do III Congresso — devemos estar conscientes de que quem faz a Revolução é o povo organizado, são as massas populares. O partido de vanguarda guia as massas populares na materialização das suas aspirações. A força do nosso Partido reside na sua unidade íntima com as massas, na sua capacidade de organização e direcção das massas. Na sua acção junto do povo, o membro do Partido deve ter a preocupação constante de discutir e analisar em conjunto com as massas a política da Frelimo e mobilizá-las para a materialização dessa política."

Recepção entusiástica

"Camarada que combateu conosco na mesma trincheira contra o nosso inimigo directo, o combatente antifascista e já bem conhecido do nosso povo — foi assim que Joaquim Chissano apresentou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, no momento de este usar da palavra perante os congressistas.

A delegação do PCP foi distinguida sempre por manifestações especiais de amizade, ocupando no Congresso um dos lugares de maior destaque concedido aos convidados, sentando-se na primeira fila da tribuna. Nos seus contactos com o povo moçambicano, a delegação do PCP viu-se sempre rodeada do maior carinho e foi tratada de maneira extremamente solidária e calorosa.

Após o discurso de saudação ao Congresso proferido pelo camarada Álvaro Cunhal (que publicamos noutra local), constantemente interrompido pelos aplausos dos congressistas, o secretário-geral do PCP, em nome do nosso partido, ofereceu à Frelimo, por intermédio do presidente Samora Machel, uma serigrafia em aço representando o assassinato de Catarina Eufémia, segundo um desenho da autoria do camarada José Dias Coelho. No final voltaria a repetir-se uma ovação entusiástica, acompanhada de vivas ao PCP e à amizade entre o PCP e a Frelimo.

Entretanto, na capital da República Popular de Moçambique, o camarada Álvaro Cunhal concedeu aos órgãos de Informação locais uma conferência de imprensa onde entre outros

sectores dos Governos Provisórios portugueses, que prejudicaram as relações entre os dois Estados, "os revolucionários sempre conseguiram impedir o que o colonialismo pretendia, que era dividir os povos moçambicano e português."

Frisou ainda o camarada Álvaro Cunhal ser necessário que o Governo português mantenha relações com os novos países africanos "dentro dos princípios de independência, de respeito mútuo e de não ingerência nos assuntos internos".

Incremento da educação

A par de outros, a educação tem sido um dos sectores em que a Frelimo mais tem empenhado os seus esforços (já antes da independência, nas áreas libertadas, as escolas e os hospitais eram os primeiros serviços a funcionar).

Libertos do colonialismo e apesar das dificuldades surgidas, grande parte dos esforços foram lançados neste campo. Os números existentes são a prova disso.

No ano lectivo de 74/75 existiam 696.000 alunos da instrução primária. No ano seguinte esse número já tinha passado para 1.200.000. No que diz respeito às escolas secundárias, existiam 22 antes da independência. Actualmente estão a funcionar 99.

Dos 20.000 alunos da quinta e sexta classes, no ano de 74/75, existiam já 42.000 em funcionamento (número local). Actualmente recebem instrução 15.500 pessoas nos Centros de Alfabetização e Escolarização de Adultos.

sectores dos Governos Provisórios portugueses, que prejudicaram as relações entre os dois Estados, "os revolucionários sempre conseguiram impedir o que o colonialismo pretendia, que era dividir os povos moçambicano e português."

SAUDAÇÃO DO CC DO PCP

Queridos Camaradas:

É com grande alegria e emoção, que, por ocasião do III Congresso da FRELIMO, o Comité Central do Partido Comunista Português vos envia as suas mais calorosas e fraternais saudações revolucionárias. Por vosso intermédio, saudamos também os valiosos militantes da FRELIMO, os trabalhadores, as mulheres, os intelectuais, os jovens e todo o Povo de Moçambique que, de armas na mão e através de longos anos de heróica luta contra o colonialismo, conquistou a independência total e completa e luta actualmente pela edificação da democracia popular na Pátria Moçambicana.

As profundas transformações levadas a cabo desde a conquista da independência na República Popular de Moçambique — designadamente o processo de desmantelamento do aparelho de Estado colonial-capitalista, o controlo das principais indústrias e instrumentos financeiros, a nacionalização das terras, da saúde, da educação — abrem ao povo moçambicano a perspectiva radiosa da construção de uma nova sociedade, mais justa e mais feliz, livre de todas as formas de exploração e opressão.

A despeito das agressões imperialistas, Moçambique livre e independente consolida as conquistas revolucionárias no plano inteiro, alargando o seu prestígio a nível internacional. A profunda repercussão dos acontecimentos em Moçambique no continente africano, constitui um valioso contributo para a mudança na correlação de forças, em especial no que respeita à África Austral.

O Partido Comunista tem em alto apreço os sucessos obtidos no decurso do processo revolucionário moçambicano, que considera de grande importância para o avanço da própria luta em Portugal. Desde há muito estreitamente solidários com os revolucionários e o povo de Moçambique na luta contra o fascismo e o colonialismo português, inimigo comum dos nossos dois povos, os comunistas portugueses sentem legítimo orgulho por terem sido os primeiros em Portugal a lutar contra o regime de opressão colonial, dando uma contribuição positiva para a vitória dos povos irmãos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, conduzidos pelas suas vanguardas revolucionárias — a FRELIMO, o MPLA, o PAIGC e o MLSTP.

Queridos Camaradas:

O Povo português prossegue com firmeza e determinação a luta pela defesa e consolidação das conquistas revolucionárias alcançadas, para assegurar o desenvolvimento da Revolução portuguesa no caminho do socialismo.

A classe operária, as massas populares, as forças democráticas, e progressistas,

fazem frente às manobras e conspirações da reacção interna e do imperialismo e à política antipopular de recuperação capitalista do governo minoritário do PS. A Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, a unidade sindical, continuam sendo uma realidade, apesar dos sistemáticos ataques de que são alvo.

A situação é contudo instável e perigosa. A política de recuperação capitalista do actual governo não só não resolve como aprofunda uma grave crise económica e financeira, que a reacção procura aproveitar para impor um governo abertamente de direita.

Lutando para criar as condições para uma alternativa democrática ao actual governo, o PCP trabalha incansavelmente pela unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, pela unidade entre comunistas e socialistas com as Forças Armadas.

Como o PCP sempre insistiu só na perspectiva do socialismo, só com uma ampla e entusiástica intervenção da classe operária e dos trabalhadores, só com um governo que englobe as diversas forças políticas interessadas na salvaguarda das conquistas revolucionárias, incluindo os comunistas, é possível defender as liberdades e resolver os problemas do nosso povo.

Camaradas: Desde há longos anos se forjaram na luta comum contra o colonialismo e o fascismo os profundos laços de amizade fraternal e revolucionária que unem os nossos dois Partidos. Com a Revolução do 25 de Abril e a vitória da guerra popular de libertação em Moçambique, novas condições se criaram para o desenvolvimento e o fortalecimento desses laços. Fazemos ardentes votos para que, com base neles e de acordo com as aspirações do povo moçambicano e do povo português, se desenvolvam e fortaleçam relações de amizade e cooperação entre Portugal e a República Popular de Moçambique, assentes nos princípios da igualdade, do respeito pela soberania, do respeito mútuo dos interesses e da não ingerência nas questões internas. Pela nossa parte, continuaremos dando firme combate às campanhas da reacção contra a República Popular de Moçambique, tudo fazendo para que essas relações se desenvolvam e aprofundem.

Desejamos pleno êxito aos trabalhos do vosso III Congresso e estamos certos de que ele será uma valiosa contribuição à luta de todo o povo de Moçambique conduzido pela FRELIMO, pela consolidação da base ideológica e a edificação da base material da democracia popular.

Solidários no passado com os nossos camaradas moçambicanos, com o povo de Moçambique em luta pela sua independência, continuaremos dando inteiro apoio ao vosso combate actual pela democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo.

O Comité Central do Partido Comunista Português

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Queridos camaradas:

Ao presidente camarada Samora Moisés Machel, ao Comité Central e a todos os militantes da Frelimo e, por intermédio da Frelimo e do seu III Congresso, ao heróico povo moçambicano, transmitimos ardentes saudações de combate do Comité Central e de todos os membros do Partido Comunista Português.

Permiti, camaradas, que saudemos também os convidados ao vosso Congresso, representantes de países socialistas, de partidos operários, de forças democráticas e progressistas de todo o Mundo. E que saudemos, em particular, os representantes dos povos africanos, entre os quais os camaradas do MPLA, PAIGC e MLSTP, de países outrora dominados pelo colonialismo português e os representantes

dos povos do Zimbábue, da África do Sul, da Namíbia cuja luta contra o colonialismo, contra o racismo, pela independência nacional nós inteiramente apoiamos.

Camaradas: É para nós uma imensa alegria e uma grande honra assistirmos ao III Congresso da Frelimo, de significado histórico no desenvolvimento económico e social da vossa pátria.

Estamos certos de que o Congresso será coroado de completo êxito e que o povo moçambicano, sob a direcção da Frelimo, seu Partido de vanguarda, partido irmão, levará por diante a edificação da democracia popular, ou seja, das bases materiais e ideológicas da sociedade socialista.

O III Congresso da Frelimo tem também elevado significado internacional. O III Congresso é uma nova indicação de que no horizonte da África, libertada do jugo colonial, não está o capitalismo mas o socialismo.

Inserida no processo revolucionário mundial, no qual participam como forças principais os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e os movimentos de libertação nacional, a Revolução moçambicana é um novo marco, um novo farol a iluminar a rota da Humanidade para a sua completa e total libertação.

Camaradas:

A conspiração reaccionária, a pressão e ingerência do imperialismo e a política antioperária e de recuperação capitalista praticada pelo actual Governo criam novas dificuldades e fazem atravessar sérios riscos, à Revolução portuguesa.

Entretanto, no essencial, as principais conquistas da Revolução (as nacionalizações, a Reforma

ENCONTRO COM PORTUGUESES

No decorrer da permanência da delegação do PCP no Maputo, o camarada Álvaro Cunhal teve um encontro com portugueses radicados na capital da República Popular de Moçambique, no qual foi abordada essencialmente a situação política em Portugal.

Após breves palavras de introdução por parte do secretário-geral do PCP, este respondeu às várias questões que foram levantadas pela assistência — cerca de cem pessoas —, nomeadamente no que diz respeito à situação económica, aos problemas laborais e sindicais e ainda às relações de Portugal com os novos Estados africanos.